

Mais de 60 lideranças, durante o Encontro da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, destacaram que uma contraposição ao sistema só poderá acontecer no cotidiano das comunidades, na resistência, não só política, mas também territorial, espiritual e ancestral

Páginas 8 e 9

“Metade dos deputados que aprovaram redução de áreas protegidas em RO são pecuaristas ou foram financiados por proprietários rurais”, apura reportagem por meio do cruzamento de dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral

Páginas 10 e 11

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLII • Nº 435
Brasília-DF • Maio 2021

Governo federal é responsável direto pela violência contra os povos originários

Ataques armados a indígenas contrários à mineração ilegal podem se repetir, alerta Ministério Público Federal. Omissão ativa do governo Bolsonaro e incentivo à mineração em terras indígenas fortalece grupos criminosos. Maio de 2021 e o cenário ainda não é diferente, segue violenta a realidade enfrentada pelos indígenas no Brasil. Furtos, destruições nas comunidades, ataques violentos e armados de garimpeiros contra os povos originários, morte de crianças indígenas, entre tantas outras brutalidades e injustiças.

Páginas 4, 5, 6 e 7



A continuidade do “cataclismo biológico”

A história mostra que epidemias dizimaram por completo povos indígenas e deixaram outros à beira da extinção. O contágio por doenças infectocontagiosas é, há séculos, uma das múltiplas violações sofridas pelos povos originários, que ficam expostos à transmissão por serem alvos da perseguição dos que visam a apropriação de seus territórios. É o que o antropólogo norte-americano Henry Dobyns chamou de “cataclismo biológico”: expressão utilizada para descrever o efeito das epidemias trazidas pelo homem branco durante a colonização. Agentes de Estado, por sua vez, que deveriam proteger e promover os direitos dos povos originários no Brasil, dão causa aos extermínios indígenas.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) - colegiado que investigou graves violações de direitos humanos -, apresentou em seu relatório final as violências apuradas contra os indígenas brasileiros entre 1946-1988, período de horror, barbárie e inúmeras impunidades. Na descrição de um dos casos mais emblemáticos levantados no relatório: “Aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola”, um dos fatores que levou aproximadamente cinco mil índios Cinta Larga a óbito. Segundo o documento, tais aviões eram enviados por seringalistas, mineradores, madeireiros e garimpeiros com a conivência do governo federal.

Outro caso marcante denunciado no relatório ocorreu em 1976, quando a Divisão de Saúde da Fundação Nacional do Índio (Funai) se negou a vacinar os indígenas da região de Surucucus e, “como consequência dessa situação de omissão do órgão indigenista, diversas epidemias de alta letalidade, como sarampo, gripe, malária, caxumba, tuberculose, além da contaminação por DSTs, eclodiram entre os Yanomami”, aponta o documento.

O relatório mostra que a população indígena brasileira foi uma das mais atingidas por graves violações e violências, e reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro, por ação direta ou omissão, “no esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas”, conclui o texto.

Passados 75 anos do período analisado pela Comissão e a situação ainda não é diferente. Com o alastramento do coronavírus no Brasil, o descaso do Governo Federal com as comunidades indígenas foi gritante, fato extremamente oportuno dentro do conflito histórico de interesses entre o Estado e os povos originários, em especial com a atuação de Bolsonaro na Presidência da República, que, desde o princípio, atentou abertamente contra os direitos e as terras indígenas.

O governo federal se tornou um dos agentes transmissores de covid-19 aos povos indígenas. No início do combate ao coronavírus, foi preciso que o Supremo Tribunal Federal intervisse para “obrigar” o presidente da República a tomar medidas emergenciais de combate à pandemia entre os povos originários, pois era grande o risco de genocídio indígena. A Funai, por sua vez, tentava mascarar a ausência de um plano de atuação, usurpando as medidas de autogestão dos povos perante a ineficiência das políticas contra a proliferação da pandemia.

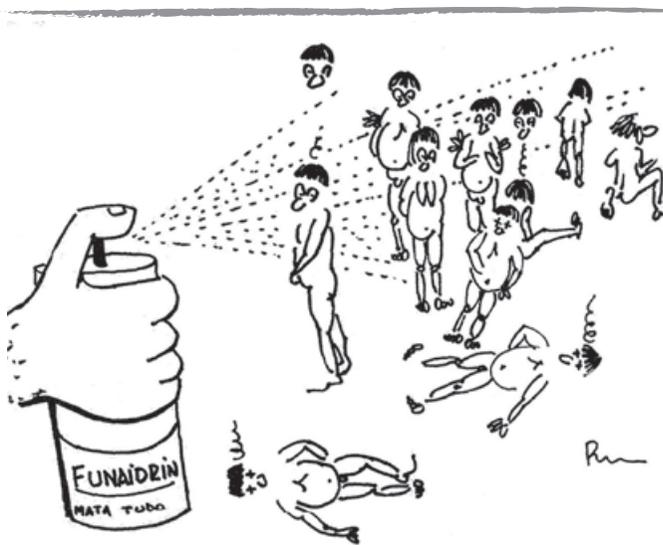
Com a ausência do Estado, a crise sanitária e humanitária no contexto indígena se intensificou. A vulnerabilidade dos índios, que deveria ter motivado a ação decisiva do Governo para evitar que o vírus chegasse às aldeias, foi usada como “vantagem” para a tomada de espaços. Os casos foram de negligência a divulgação de informações negacionistas. De ataques de garimpeiros nas áreas indígenas a crimes de racismo contra os povos originários. De ações do exército e da Sesai disseminado o vírus em territórios mais isolados do país a suspensão de entrega de cestas básicas e kits de higiene nas aldeias. Da distribuição de remédios sem comprovação de eficiência à exclusão e descaso no atendimento de indígenas. Da lentidão dos investimentos federais voltados a medidas de combate ao vírus à execução pífia dos recursos públicos reservados para esta finalidade.

A prática comum na estratégia bolsonarista durante essa crise sanitária, entre outros fatores, foi de não tomar medidas adequadas para o enfrentamento do coronavírus, minimizando mortes e apostando no tensionamento. O governo foi omissivo e negligente nas ações para evitar o contágio, atender aos infectados e dar transparência aos números. O coronavírus e o governo surgem como um grave problema que vem se somar aos demais que os povos indígenas enfrentam cotidianamente.

Diante desse cenário de retrocesso, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o número de óbitos de indígenas já ultrapassou a marca dos mil, quase o dobro do que foi divulgado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, que não contabiliza os indígenas que vivem em contexto urbano. Tal medida contrária, inclusive, o posicionamento do Ministério Público Federal (MPF), ao recomendar que respeitem ao autorreconhecimento desses indígenas e que seja realizado o cadastramento de todos eles, incluindo os que não residem em aldeias. São 1.070 indígenas de todas as idades que morreram em decorrência da covid-19 até abril de 2021. Ao todo, 163 povos de diferentes etnias já foram contaminados e somam-se a mais de 54 mil casos.

É essa a realidade indígena em tempos de pandemia: violações aos povos originários cresceram em todos os aspectos imagináveis. Uma tragédia humanitária sem precedentes que vem na esteira de vários outros problemas, como a ostensiva atividade mineradora em terras indígenas, o aumento das queimadas, a invasão e exploração ilegal de recursos, recorde no aumento do desmatamento sobreposto a áreas indígenas, anistia e incentivo à grilagem, estímulo ao garimpo, impunidade ao desmate criminoso, expropriação e fim das demarcações de territórios, entre tantas outras.

Ou seja, o governo brasileiro além de ser omissivo e não adotar medidas sanitárias de forma planejada para enfrentar a grave ameaça da covid-19 dentro das comunidades, também sinaliza e autoriza, com o discurso expansionista e irresponsável do presidente, o avanço do crime ambiental e as invasões para exploração ilegal das terras indígenas, incentivando muitas vezes o extermínio dessa população. O fato é que as ações praticadas após a posse do presidente Jair Bolsonaro são as mais letais desde a colonização. ♦



Charge da edição de 1º de agosto de 1981 do Jornal Porantim, quando a epidemia de sarampo matou 21 Waimirí-Atroarí e a Funai desviou a atenção geral sobre as verdadeiras causas do surto na região

Porantinadas

Na contramão da democracia

A liderança Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), foi intimada pela Polícia Federal a depor num inquérito provocado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão indigenista oficial acusa a Apib de “difamar” o governo federal com a web-série “Maracá”, que denuncia o descaso do Estado brasileiro e as violações aos direitos dos povos indígenas em meio à pandemia de covid-19. Com o ato de perseguição política e racista, o Governo Federal, mais uma vez, tenta criminalizar o movimento indígena, além de paralisar as ações do Estado que deveriam promover assistência, proteção e garantias de direito. Uma intimidação aos povos originários em uma nítida tentativa de cercear a liberdade de expressão, que é a ferramenta mais importante para denunciar as violações de direitos humanos.

Descaso com a saúde Yanomami

Enquanto a malária e a covid-19 avançam sobre as aldeias, a desassistência à saúde, que os povos indígenas enfrentam no coração da Amazônia, vem crescendo ano após ano. Os Yanomami lutam para sobreviver em meio a violência dos garimpeiros ilegais, aos impactos ambientais que levam fome e a fragilidade do acesso à atenção sanitária. Um estudo realizado por pesquisadores da Fiocruz dá pistas sobre o tamanho do problema: 80% das crianças de até 5 anos apresentavam desnutrição crônica e 50% de desnutrição aguda nestes locais, passando ainda pelos quadros de verminoses, malária e diarreia.

Meio ambiente para quê?

Ricardo Salles, durante sua gestão no Ministério do Meio Ambiente (MMA), editou mais de 300 atos oficiais que põem a política ambiental brasileira em risco, aponta levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que localizou e avaliou medidas adotadas pela pasta desde janeiro de 2019 - data em que Salles foi empossado pelo presidente Jair Bolsonaro -, até dezembro de 2020, quando o ministro completou dois anos de gestão.

Situação Yanomami: aonde estão as Forças Armadas?

Forças Armadas estão diante de dilema cruel e definitivo: ou socorre o povo Yanomami ou se omite mais uma vez

Por **Egydio Schwade**

Sou um cidadão brasileiro de 85 anos de idade. Passei a maior parte de minha vida perambulando entre as populações mais fragilizadas do país: os povos indígenas e os agricultores familiares. E há anos me atormenta uma pergunta: AONDE ESTÃO AS NOSSAS FORÇAS ARMADAS? Onde se escondem as Forças Armadas com o poderio que ostentam nos desfiles, enquanto o povo brasileiro mais fragilizado vem sendo agredido e roubado?

Mais uma vez estamos à beira de um genocídio. Ou a humanidade misericordiosa se move e toma uma decisão urgente ou o segmento mais cruel da desumanidade vai concluir mais esta ação de covardia. Em plena pandemia, o povo Yanomami está sendo atacado por milícias. E os acontecimentos têm vinculação com os donos das milícias que detêm hoje o poder no país.

Veja o que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), denunciou em 17-06-1999: "O mais recente escândalo deste governo foi a nomeação, para diretor da Polícia Federal, de um delegado acusado de ser torturador no regime militar. A escolha do nome de João Batista Campelo foi do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso. Coincidentemente, Campelo era Secretário de Segurança no Estado de Roraima e vem sendo ferozmente defendido pelos parlamentares que conformam o que há de pior no Congresso Nacional, no que diz respeito aos direitos humanos e aos direitos indígenas.: Elton Rohnelt (PFL-RR), Antônio Feijão (PSDB-SP), Jair Bolsonaro (PPB-RJ) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). A Polícia Federal é o órgão responsável por questões de segurança envolvendo conflitos em terras indígenas."

Há 6 anos, quando faltava um mês para completar 79 anos de idade, fui procurado para acompanhar um "batalhão" de 13 índios Yanomamis, munidos de arco e flecha e três espingardas velhas, para uma arriscada ação de destruição de dois garimpos invasores do Parque Yanomami, no Rio Couto de Magalhães, próximo à Venezuela.

Dois dias de barco e duas horas a pé pela floresta. Só tive forças para carregar umas cartelas de ovos, espólio da destruição dos garimpos. Me perguntei naqueles dias: Por que este povo se sente mais seguro tendo ao lado apenas um velho de 79 anos, do que as Forças Armadas?

Será porque a 'Justiça' do Estado está em colapso? Está estruturada para defender outros interesses? O das empresas saqueadoras das riquezas naturais? Ou até, como insinua o momento: à instalação de milícias criminosas? Cadê o serviço à vida, sua razão de ser?

O meu primeiro contato com as Forças Armadas Brasileiras foi em 1959, como estudante jesuíta, quando servi durante um mês no Hospital Militar de Porto Alegre. Ali conheci a situação dos servos mais humildes das Forças Armadas.

Chamou-me a atenção um velho soldado, sobrevivente do Batalhão das Forças Armadas que destruiu o levante do Contestado. Inconsolável. Uma mancha indelével cobria a sua consciência. Procurei consolá-lo, rezando com ele nos seus últimos momentos de vida.

Outra foi a experiência que tive, em companhia de D.Tomás Balduino, Presidente do Cimi, em abril de 1975.

Vou contar em detalhes. Como Secretário do Conselho Indigenista Missionário, junto com a jovem Silvia Bonotto, da Operação Amazônia Nativa (Opan), havíamos contactado dezenas de lideranças de povos indígenas no Goiás, Maranhão e Pará, o P. Nelo Rufaldi, outro tanto no Amapá e Ivar Busato e P. Thomaz Lisboa, mais de uma dezena de povos do Mato Grosso.

E me surgiu a ideia de realizar uma assembleia dos povos indígenas de toda esta região. Uma utopia. O local mais central seria a Aldeia Cururu, dos índios Munduruku/Alto Tapajós. Fui com D. Tomás Balduino, Presidente do Cimi, na cidade de Goiás. Quando se tratava de iniciativa para uma população pobre, Tomás sempre tinha uma saída (nem que seja para levar um casal de araras vermelhas, presente dos índios Rikbaktsa, mil quilômetros, do rio Juruena para os Tapirapé, no rio Araguaia).

Relatei o nosso trabalho feito e a loucura que me veio à cabeça. "Simbora amanhã para Belém, falar com o Camarão, Comandante Militar da Amazônia." Lá fomos nós no aviãozinho pilotado pelo bispo. O Comandante Camarão nos recebeu

"Será porque a 'Justiça' do Estado está em colapso? Está estruturada para defender outros interesses? O das empresas saqueadoras das riquezas naturais?"

Foto: Adriana Hubert/Cimi Regional Norte 1



Mulheres Yanomami, em 2018, na maloca Watoriki, Terra Indígena Yanomami



Terra Indígena Yanomami.

logo. Expusemos durante uns 10 minutos o nosso objetivo. Camarão nos escutou em silêncio, atento, o tempo todo sério. Ao final bateu com o punho sobre a mesa e exclamou: "É isto que estes índios precisam! Podem contar comigo!"

E enviou aviões, para todos os lados, recolhendo lideranças indígenas, do Goiás, do Amapá, do Mato Grosso e por todas as direções do Pará. Graças a este apoio da Força Aérea, se realizou uma das maiores assembleias indígenas acontecida no país. 'É isto que as Forças Armadas precisam fazer!!!'

Muitos anos depois um amigo, estudante de História, fez o seu trabalho de mestrado sobre a atuação do Exército na Amazônia e foi entrevistar o ex-comandante em sua residência. Camarão comentou com satisfação aquele feito, uma das realizações mais importantes da sua vida.

A prática do Exército ao longo da História, vem sendo o inverso de sua razão de ser: aniquilar os movimentos pela vida. E nesta tarefa não tem pudor. No Rio Grande do Sul, destruiu os sete povos das Missões ao lado do Exército espanhol. Onde quer que apareça um levante libertador contra a opressão, lá intervêm as Forças Armadas para aniquilá-lo.

Assim ocorreu na guerra dos "Farrapos"; em "Canudos", do Antônio Conselheiro, uma experiência de autossustentação, inspirada nos povos nativos da região do semiárido nordestino; aqui na Amazônia destruiu o levante dos "Cabanos", tentativa libertadora das populações oprimidas: índias, negras e caboclas; arrasou a guerrilha do Araguaia, matando os jovens guerrilheiros que desejavam um Brasil livre da opressão.

Durante o período da Ditadura Militar as forças Armadas rasgaram os territórios indígenas Amazônia afora, como se fossem "vazios demográficos", "almoxarifados", colocando-os à disposição para serem saqueados por mineradoras, madeireiras, agronegociantes...

Não é esta e jamais foi, a expectativa da maioria que paga os impostos!

O que faz para impedir a ação criminosa dos madeiros na Reserva Arariboia do Maranhão e dos agronegociantes do Mato Grosso do Sul?

E agora aqui está a situação Yanomami: o dilema mais cruel e definitivo para as nossas Forças Armadas: ou socorre este povo, ou se omite mais uma vez, respaldando o segmento mais detestável, atuante no país: – as milícias. Não há mais meio termo.

Casa da Cultura do Urubuí, 20 de maio de 2021.

Povos Yanomami, no Amazonas e em Roraima, e Munduruku, no Pará, estão sofrendo ataques, ameaças e a devastação de seus territórios pelo garimpo ilegal

– O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso ordenou que o Governo Federal retire os invasores das Terras Indígenas Yanomami (Roraima) e Munduruku (Pará). A decisão, feita em caráter liminar, atendeu de forma parcial o pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), dia 19 de maio, de expulsão de invasores dos territórios para evitar novo genocídio indígena devido ao agravamento da violência causada, principalmente,

pela atividade de garimpos ilegais nas regiões. "À União a adoção imediata de todas as medidas necessárias à proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas que habitam as TIs Yanomami e Munduruku, diante da ameaça de ataques violentos e da presença de invasores, devendo destacar todo o efetivo necessário a tal fim e permanecer no local enquanto presente tal risco", aponta trecho da decisão o ministro.

– A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório Regional da América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUDH) emitiram uma nota, no dia 19 de maio, na qual expressam "grave preocupação" com os ataques contra os povos Yanomami e Munduruku e cobram que o Estado brasileiro cumpra seu dever de "proteger a vida, a integridade pessoal, aos territórios e aos recursos naturais desses povos". ♦

Governo federal é responsável direto pela violência contra os povos originários

Todos os dias, terras indígenas são invadidas de modo ostensivo em várias regiões do país

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

O não cumprimento dos direitos constitucionais destes povos à demarcação de seus territórios, que inviabiliza seu modo de vida tradicional, é um projeto de governo que pretende disponibilizar as terras e os bens comuns nelas contidos aos empresários do agronegócio, da mineração e das madeiras, dentre outros.

Há séculos, as terras indígenas estão sendo invadidas de modo ostensivo e pulverizado de Norte a Sul do país. Ações criminosas que muitas vezes são incentivadas por aquele que deveria cumprir sua obrigação constitucional de proteger os territórios indígenas, patrimônio da União.

A paralisação dos processos de demarcação das terras tradicionais é um dos principais fatores que alimenta o conflito e a violência contra os povos indígenas em todo o Brasil. A disputa crescente por terras já coloca em risco a própria sobrevivência de diversas comunidades no País.

Numa ofensiva anti-indígena, retrocessos açoitam os direitos dos povos originários com o objetivo principal de apropriação das terras ancestrais dos povos e das comunidades tradicionais. Madeira, água, minérios, dentre tantos outros bens, estão na mira bancada ruralista com apoio contundente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dando forças aos ataques diretos às comunidades.

Maio de 2021 e o cenário ainda não é diferente, segue violenta a realidade enfrentada pelos indígenas no Brasil. Furto, destruição nas comunidades, ataque violento e armado de garimpeiros contra os povos originários, morte de crianças indígenas, entre tantas outras brutalidades e injustiças.



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Manifestação de indígenas do Pará e Amapá em Brasília, em 2019, em denúncia às invasões a seus territórios e aos assassinatos de lideranças indígenas como Paulino Guajajara e Emyra Wajápi



Foto: Cimi regional Sul

Na área destruída seria cultivada mudas de árvores frutíferas e nativas, e também, estava sendo preparada para a construção das casas. Todo material de construção foi levado pelos invasores



Liderança Mbya Guarani ao se deparar com a ação dos invasores

Comissão Guarani Yvyrupa e o povo Mbya Guarani denunciam novo ataque

O ataque de invasores ao tekoha Pindó Poty ocorreu no mesmo dia em que a Justiça concedeu reintegração de posse aos Guarani e determinou a desocupação da área invadida por não-indígenas em Porto Alegre (RS)

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

As lideranças Mbya Guarani do tekoha Pindó Poty, em articulação com a Comissão Guarani Yvyrupa, publicaram no dia 7 de maio, uma nota denunciando um novo ataque à comunidade. Pessoas ainda não identificadas destruíram uma área de terra onde os indígenas haviam realizado o plantio de mudas de árvores frutíferas e nativas, e também se preparavam

para construir casas. Todo material de construção foi levado pelos invasores.

A ação ocorreu ao fim de tarde do dia 6 de maio e provavelmente teve continuidade na manhã do dia 7, conforme o documento. No mesmo dia, o povo Mbya Guarani no tekoha Pindó Poty obteve uma importante vitória na 9ª Vara Federal de Porto Alegre (RS). A liminar

“Que sejam adotadas medidas administrativas e jurídicas para concluir a demarcação, promover a retirada dos invasores e iniciar as ações de proteção e fiscalização da área”

deferida pela juíza Federal Clarides Rahmeier concedeu reintegração de posse aos Guarani e determinou a desocupação da área invadida por não-indígenas. O interdito proibitório busca interromper o “esbulho ou turbação” por parte de não-indígenas e também coibir novas invasões e garantir responsabilização legal a autores de novas invasões.

A comunidade acredita que somente será colocado um fim a esse processo de invasão quando for concluído o procedimento de demarcação terra, iniciado no ano de 2012 e paralisado em 2017. Sendo assim, o povo Guarani exige “que sejam adotadas medidas administrativas e jurídicas para concluir a demarcação da terra, promover a retirada dos invasores e iniciar as ações de proteção e fiscalização da área”, lista a nota.

Ataques armados a indígenas contrários à mineração ilegal podem se repetir no Pará, alerta MPF

Depois dos Yanomami, em Roraima, alvos de grupo pró-garimpo podem ser os Munduruku, no sudoeste paraense, registra documento

Por Assessoria de comunicação do MPF/PA

O Ministério Público Federal (MPF) decidiu, no dia 11 de maio, solicitar a órgãos públicos a tomada de medidas para evitar que evento programado em Jacareacanga, no Pará, resulte em violência contra indígenas Munduruku contrários à mineração. Além de citar uma série de ataques e ameaças que levaram a unidade do MPF no Pará a solicitar que o procurador-geral da República (PGR) peça intervenção federal na região, nos escritórios o MPF alerta que a presença de pessoas armadas no grupo pró-garimpo pode fazer com que os indígenas antimineração virem alvo de disparos, como ocorreu com os Yanomami, em Roraima, segundo relatos da Hutukara Associação Yanomami.

O MPF requisitou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Força Nacional de Segurança e à Polícia Federal que aloquem forças policiais em estado de prontidão para debelar possíveis conflitos armados dentro da Terra Indígena (TI) Munduruku, na aldeia Missão São Francisco. Também foi requisitado que, caso ocorram atos de violência no evento organizado pela associação Pusuru, da minoria Munduruku aliciada por garimpeiros, as forças policiais efetuem prisões em flagrante dos responsáveis.

Assembleia geral desrespeitada

Como um dos objetivos do evento organizado pela associação Pusuru – chamado pela associação de assembleia – é autorizar a mineração ilegal em território Munduruku, mesmo que essa proposta tenha sido rejeitada em assembleia geral realizada pelos Munduruku em abril, com 72 caciques e mais de 500 indígenas, representando 140 aldeias, à Funai o MPF solicitou explicações sobre a atuação da autarquia, após ter recebido informações de que a coordenação local do órgão teria dado suporte à Pusuru, além de ter confirmado presença no evento. O MPF registra que a atuação da Funai contrária à autorização dos caciques e em um cenário de iminente violência pode acarretar responsabilização penal, civil e administrativa dos envolvidos.

“Discutimos sobre a organização Pusuru, como está sendo usada para destruir nosso território, desrespeitando nossos caciques e não protegendo a vida de nosso povo. Decidimos extingui-la, para que parem de usar contra nosso povo, contra nosso rio e território. Estamos doentes, sem água, os peixes e caças sumindo, associação é para ajudar o povo e não pra ajudar a destruir nosso futuro”, registra trecho da carta dos caciques elaborada durante a assembleia geral. “Não queremos o projeto de lei 191/20 [liberação da mineração em terras indígenas] que o governo federal Jair Bolsonaro quer aprovar de qualquer custo em cima do nosso território, sem consultar e sem o consentimento do povo, esse projeto de morte é o que está trazendo divisão entre o nosso povo, trazendo violência, estão atacando as mulheres e lideranças que lutam pela defesa do território. Os pariwat [não indígenas] estão usando o nome do nosso povo Munduruku a favor da PL 191. Nenhum senador, deputado ou vereador pode falar pelo povo Munduruku, e nem dizer que representa o povo”, destaca outro trecho.

Violência em série

Em Jacareacanga, o cacique Fernando Kaba Munduruku foi atacado a pauladas por um garimpeiro, conforme o advogado do indígena registrou em boletim de ocorrência. O ataque foi o mais recente de uma série. Segundo nota técnica do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, publicada na Semana dos Povos Indígenas deste ano, os Munduruku vêm denunciando ao poder público as invasões às suas terras desde 1987.

Nos últimos três anos o problema vem se intensificando e em março foi identificada a chegada de maquinário pesado, grupo armado e helicóptero suspeito de escoltar



Garimpo na Terra Indígena Munduruku, no Pará, registrada durante sobrevoo em 2020

os criminosos, que estão avançando em direção a bacias hidrográficas fundamentais para a garantia da vida indígena, como a bacia do rio Cururu.

Também em março, na zona urbana de Jacareacanga, o grupo pró-garimpo depredou o prédio da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborün. Foram destruídos documentos, móveis e equipamentos, além de produtos indígenas à venda no local. A violência foi uma tentativa de silenciar as mulheres Munduruku, contrárias à mineração ilegal em terras indígenas. O escritório vandalizado é de uso coletivo com outras organizações indígenas antigarimpo.

Em abril o grupo de garimpeiros e representantes da minoria Munduruku aliciada por garimpeiros impediu que uma viatura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) entrasse em Jacareacanga. A viatura fazia fiscalização contra a mineração ilegal em floresta nacional e área de preservação ambiental na região.

Ainda em abril, novamente na zona urbana de Jacareacanga, por duas vezes o grupo pró-garimpo roubou itens pertencentes à Associação das Mulheres Munduruku Wakoborün, conforme as indígenas relataram ao MPF. No dia 18 foram roubados mais de 830 litros de combustível e um tanque de motor de barco. Apesar de no dia anterior o MPF ter divulgado que os roubos poderiam voltar a ocorrer, no dia 21 o grupo pró-garimpo roubou um motor de barco das mulheres indígenas.

“Nos últimos três anos o problema vem se intensificando e em março foi identificada a chegada de maquinário pesado, grupo armado e helicóptero suspeito de escoltar os criminosos, que estão avançando em direção a bacias hidrográficas fundamentais para a garantia da vida indígena, como a bacia do rio Cururu”

O MPF abriu investigações sobre esses ataques dos garimpeiros. Apesar de esses ataques ocorrerem há alguns anos, “os últimos dias representaram inequívoca ruptura da dinâmica desafortunadamente estabelecida, o que revela inclusive a pretensão de instituição de ilegítimo Estado paralelo timonado por um grupo de pessoas caracterizado originalmente pela prática de crimes ambientais e, agora, por crimes de natureza profusa e diversa”, diz o ofício enviado pela unidade do MPF no Pará ao PGR em abril, com solicitação de que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja acionado para declarar a violação de direitos humanos e requisitar a intervenção federal no estado para o estrito fim de garantir o provimento da segurança pública na região de Jacareacanga.

Autoridades inertes

Apesar de o MPF já ter cobrado providências das autoridades inclusive por meio de ações judiciais, até agora não há combate contínuo à mineração ilegal no território Munduruku.

No processo judicial em que o MPF pede à Justiça que obrigue a atuação de forças federais, em decorrência de decisão liminar (urgente) foi apresentado plano operacional em que constam as tratativas entre os órgãos competentes, para concretizar a fiscalização nas TIs Munduruku e Sai Cinza.

O plano foi contestado judicialmente pelo MPF, sendo confirmadas judicialmente as deficiências indicadas, por ausência de cronograma concreto para implementação das ações emergenciais e inexistência de medidas duradouras que busquem resolver as irregularidades de forma satisfatória.

Enquanto isso, uma ação de fiscalização do Ibama em agosto do ano passado foi interrompida após visita do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da intervenção do Ministério da Defesa. As circunstâncias da interrupção incluíram suspeitas de vazamento de informações sigilosas e transporte de garimpeiros em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), e estão sendo investigadas em dois inquéritos do MPF.

O MPF também abriu apurações sobre a ocorrência de improbidade administrativa por parte de autoridades responsáveis por evitar a invasão garimpeira, e sobre a ocorrência de dano coletivo aos indígenas.

Novo ataque contra o povo Yanomami

Ataque revela omissão do Estado em coibir violência permanente causada pelo garimpo

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Mais um ataque violento de garimpeiros contra uma comunidade indígena dentro da Terra Yanomami. No conflito, denunciado pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) e confirmado em Ofício da Fundação Nacional do Índio (Funai) na tarde do dia 10 de maio de 2021, indígenas e garimpeiros ficaram feridos.

Conforme os relatos, grupos de garimpeiros armados chegaram em sete embarcações até a aldeia Palimiu, na região do Uraricoera, e começaram a atirar com armas de fogo contra os indígenas. Áudios atribuídos aos garimpeiros e imagens que circularam em meios de comunicação de âmbito nacional revelam o mais absoluto desprezo pela vida dos indígenas e esquemas organizados de ação violenta, bem como a completa liberdade de circulação destes grupos de garimpeiros pelas principais vias fluviais dentro da terra indígena.

Este ataque não é um fato isolado. A presença de cerca de 20.000 garimpeiros dentro da Terra Indígena (TI) Yanomami representa uma violência permanente contra os povos Yanomami e Ye'kuana e contra seu território. Nesta mesma região do rio Uraricoera, a Hutukara Associação Yanomami já denunciou em fevereiro de 2021 um conflito na aldeia Helepi envolvendo também grupos de garimpeiros armados.

Na região de Palimiu, onde se deflagrou o novo ataque, as lideranças indígenas já haviam denunciado em abril outro tiroteio por parte de garimpeiros, após a interceptação por parte dos indígenas de uma carga de quase mil litros de combustível. Em junho de 2020, dois indígenas Yanomami foram assassinados na região do Parima por outro grupo de garimpeiros armados. Esta escalada de conflitos se dá em meio a uma pandemia



Comunidade Palimiu, na Terra Indígena Yanomami, fica às margens do rio Uraricoera

que atinge duramente os povos Yanomami e Ye'kuana e a um aumento nos índices de malária, fatores que encontram na presença do garimpo um vetor fundamental de disseminação.

As operações de combate ao garimpo dentro da TI Yanomami mostraram-se até o momento claramente insuficientes e ineficazes, e não atingem as redes de sustento do garimpo e os esquemas de enriquecimento ilegal ao longo da cadeia da exploração mineral. Decisões no âmbito da Justiça Federal em 2018 e 2020 obrigam a União a adotar todas as medidas cabíveis para efetivar a retirada imediata e completa dos garimpeiros de dentro da TI Yanomami e a proteção do território. No entanto, é no governo federal que o garimpo encontra hoje seu principal aliado.

O presidente Bolsonaro tem manifestado abertamente em diversas ocasiões seu apoio e incentivo à atividade ilegal do garimpo dentro das terras indígenas. Recentemente, em vídeo publicado em redes sociais,

manifestou a intenção de visitar garimpeiros dentro das terras indígenas da região norte do país para conversar com eles sem pretender prendê-los.

Com isso, dá cobertura e legitima uma ação criminosa, principal fonte de violência contra os povos indígenas e principal vetor de disseminação da pandemia de covid-19 dentro de seus territórios tradicionais. As ações e o discurso do presidente da República acirram conflitos e podem potencializar novos ataques contra indígenas em outras regiões do país.

Notícias também veiculadas pela mídia em nível nacional descreviam o descaso no atendimento à saúde dos povos Yanomami e Ye'kuana com aumento da malária e da desnutrição infantil crônica e o desabastecimento de remédios nos postos de saúde, além de falta de profissionais e de condições para o atendimento nas comunidades.

É preciso que o Estado brasileiro garanta a reparação dos danos ambientais e morais que os povos Yanomami e Ye'kuana vêm sofrendo há décadas em seu território.

Ataques armados de garimpeiros continuam na TI Yanomami e provocam a morte de duas crianças

Por Assessoria de Comunicação do Cimi Norte 1

Ataques armados de garimpeiros contra indígenas tem ocorrido de forma sistemática contra a aldeia Palimiu, na região do Uraricoera, no interior da Terra Indígena (TI) Yanomami. Na ocasião, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) informou que duas crianças morreram afogadas, depois de se perderem durante a fuga do primeiro desta recente sequência de ataques, ocorrido no dia 10 de maio.

Após a denúncia da Hutukara Associação Yanomami (HAY), relatando a investida de grupos de garimpeiros armados contra a aldeia, outro ataque aconteceu no mesmo local na noite do dia 16 de maio, um domingo, dessa vez com mais ostensividade.

De acordo com a HAY, as lideranças Yanomami da comunidade Palimiu em ligação telefônica relataram que 15 barcos de garimpeiros se aproximaram da comuni-



Devastação causada pelo garimpo ilegal na TI Yanomami, em registro de maio de 2020

→ dade e “que, além de tiros, havia muita fumaça e que seus olhos estavam ardendo, indicando o disparo de bombas de gás lacrimogêneo contra os indígenas”.

A situação foi relatada em ofício destinado à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami da Fundação Nacional do Índio (Funai), à superintendência da Polícia Federal em Roraima (PF/RR), à 1ª Brigada de Infantaria da Selva do Exército (1ª BIS) e ao Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR).

No sábado, dia 15, a HAY já havia lançado uma nota pública confirmando o falecimento por afogamento de duas crianças Yanomami que, durante os ataques do dia 10, ao fugirem para a floresta, se perderam e caíram no rio. As crianças, de um e cinco anos de idade, foram encontradas dois dias depois (12), já sem vida.

“Não tem nenhuma força pública de segurança permanente do local, e os garimpeiros continuam diariamente amedrontando a comunidade”

“Estamos muito preocupados com nossos parentes do Palimiu, que estão sofrendo ameaças contra suas vidas”, denuncia a HAY, na nota. “A comunidade de Palimiu está sem nenhuma assistência de saúde: os profissionais de saúde foram removidos por conta dos tiroteios. Também não tem nenhuma força pública de segurança permanente do local, e os garimpeiros continuam diariamente amedrontando a comunidade”.

Também em nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) reitera que esses ataques não são isolados e representam ações de violência permanentes contra os povos Yanomami e Ye'kuana e contra seu território, em clara manifestação de interesse pela área estratégica ao garimpo.

A nota destaca, ainda, a omissão do governo federal em coibir as atividades criminosas no interior da TI Yanomami e o fortalecimento dos garimpeiros, consequência prática dos discursos pró-garimpo do presidente da República, Jair Bolsonaro, que “acirram conflitos e podem potencializar novos ataques”.

“As operações de combate ao garimpo dentro da TI Yanomami mostraram-se até o momento claramente insuficientes e ineficazes, e não atingem as redes de sustento do garimpo e os esquemas de enriquecimento ilegal ao longo da cadeia da exploração mineral”, avalia o Cimi.

Cerca de 20 mil garimpeiros vivem e atuam ilegalmente, hoje, dentro da TI Yanomami. Os ataques são recorrentes e já este ano a HAY denunciou outros dois conflitos envolvendo garimpeiros. Um na aldeia Helepi, em fevereiro, e outro na mesma comunidade Palimiu, em abril.

Em 2020, dois indígenas Yanomami foram assassinados por garimpeiros. Todas essas investidas foram realizadas em meio à pandemia de covid-19, que atinge duramente os povos indígenas, e a um aumento nos índices de malária.

A pedido do MPF, a Justiça Federal de Roraima determinou o envio de tropas policiais para a terra indígena, no dia 13 de maio. Outras decisões da Justiça Federal, em ações do MPF, e do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 709, determinaram a retirada dos invasores e a proteção do território e do povo Yanomami. Até o momento, nenhuma das decisões judiciais foi cumprida pela União.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também emitiu medidas cautelares, em julho de 2020, solicitando ao Estado brasileiro que adote medidas para proteger os direitos à saúde, à vida e à integridade pessoal dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana.



Garimpeiros atacaram aldeia e incendiaram a casa da liderança Munduruku Maria Leusa Kaba

Omissão ativa do governo Bolsonaro e incentivo à mineração em terras indígenas fortalece grupos criminosos que atuam no interior da TI Munduruku

Por Cimi Regional Norte 2

No início da tarde do dia 26 de maio, a Aldeia Fazenda Tapajós, na Terra Indígena (TI) Munduruku, no município de Jacareacanga, sudoeste do Pará, foi invadida por garimpeiros armados. Eles incendiaram casas e plantações da aldeia, visando atingir a liderança contrária à mineração ilegal no território, que tem devastado rios, contaminado a água com mercúrio e comprometido a qualidade de vida de seu povo.

A ação criminosa ocorreu como represália a uma operação de combate aos garimpos ilegais na região, realizada por forças federais que cumprem determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Não há notícias de feridos pelos incêndios. Porém, informações indicam que o grupo de garimpeiros ainda busca em outras aldeias por lideranças do movimento que são contrárias à mineração ilegal no território Munduruku, inclusive com uma lista de alvos.

Maria Leusa Kaba é coordenadora da Associação Wakorun, associação de mulheres indígenas contrárias à mineração em terras indígenas, e ao longo dos anos tem recebido diversas ameaças de morte, tendo inclusive que se ausentar da região para se proteger por lutar e fazer resistência contra a devastação do território Munduruku. Em março, sede da associação foi destruída por garimpeiros no município de Jacareacanga.

O clima de tensão, terror e medo que atingiu o povo Munduruku foi potencializado por uma manifestação a favor do garimpo realizada em Jacareacanga, no mesmo dia dos ataques, com apoio de empresários e da Prefeitura do município. O ato teve como principal alvo o contingente da Polícia Federal e Força Nacional que está na região atuando nas operações de fiscalização. Depois de tentarem queimar viaturas, cerca de cem manifestantes foram dispersados com gás lacrimogênio.

O ataque criminoso contra lideranças do povo Munduruku, que colocou suas vidas em grave risco e ainda pode

“O governo Bolsonaro é o principal responsável pelos ataques e pela violência que assola o povo Munduruku, ao fortalecer com sua postura os invasores, com o objetivo de favorecer os interesses econômicos e práticas ilegais dentro dos territórios”

ter novos desdobramentos, é apenas mais um de uma série de ataques e conflitos que estão escalando rapidamente na região do rio Tapajós, em função da pressão de garimpeiros ilegais sobre o território indígena.

Esta situação é diretamente motivada pela atuação irresponsável e criminosa do governo federal, que já se manifestou inúmeras vezes de forma contrária aos direitos dos povos originários e às ações de fiscalização ambiental. O governo Bolsonaro buscar legalizar a mineração em terras indígenas, favorecendo os grupos criminosos que atuam de forma ilegal e articulada dentro de terras que, em tese, deveriam contar com proteção federal.

No ano passado, uma ação de fiscalização contra o garimpo ilegal na região chegou a ser interrompida após visita do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da intervenção do Ministério da Defesa. O Ministério Público Federal (MPF) investiga, inclusive, suspeitas de vazamento de informações sigilosas e transporte de garimpeiros que atuam ilegalmente na TI Munduruku em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), na ocasião da visita do ministro.

É impossível desvincular a situação vivenciada pelo povo Munduruku de outras graves situações que afligem os povos indígenas no Brasil, como os ataques armados, também realizados por garimpeiros ilegais, no interior da TI Yanomami, em Roraima, que resultaram na morte de duas crianças. O MPF do Pará já havia emitido um alerta de que a situação registrada na TI Yanomami poderia se repetir no sudoeste paraense, como de fato ocorreu.

Esta tragédia anunciada pode assumir contornos ainda mais graves, caso não sejam tomadas medidas emergenciais no sentido de garantir a proteção permanente do território Munduruku e de suas lideranças, assim como o desmantelamento da organização criminosa que atua impunemente no interior da terra indígena.

Operações de fiscalização pontuais não são suficientes para solucionar um conflito já deflagrado, no qual nomes de lideranças indígenas circulam e são visados como alvos.

O governo federal é o principal responsável pelos ataques e pela violência que assola o povo Munduruku, ao fortalecer com sua postura os invasores do território e incentivar o divisionismo entre os povos indígenas, com o objetivo de favorecer os interesses econômicos e práticas ilegais dentro dos territórios.

Manifestamos nosso repúdio ao ataque e nossa solidariedade ao povo Munduruku, e exigimos que as autoridades tomem providências urgentes que resguardecem a integridade física, os direitos constitucionais, a vida e o território Munduruku.

Povos e comunidades tradicionais se contrapõem ao modelo sócio-político, econômico e cultural predatório

Nos dias 4 e 5 de maio, de 2021, ocorreu Encontro da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando lideranças apontaram os desafios do contexto político e econômico a partir de seus territórios

Por *Comunicação das Pastorais de Campo*

Entre “janelas”, via plataforma da internet, ocorreu o Encontro da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos dias 4 e 5 de maio de 2021. O debate e narrativas sucederam-se no ser-sentir-pensar-agir, modelado na diversidade real e na vida cotidiana a partir dos territórios das comunidades originárias e tradicionais.

No primeiro dia de reunião virtual, as lideranças e integrantes do conjunto de Pastorais do Campo lembraram a trajetória da Articulação até o presente. Os representantes de povos e comunidades de todo o país também relataram os desafios do contexto político e econômico a partir de seus territórios: indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, quebradeiras de coco e comunidades de fundo e fecho de pasto.

“Esse momento reúne aqui as lideranças de povos originários e de comunidades tradicionais. Tem uma diversidade de gente aqui tecendo vida nos territórios, e é essa diversidade que vamos reencontrar”, resume Ormeiza Barbosa, coordenadora executiva do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP).

Desafios e ameaças

Os relatos feitos a partir dos territórios confirmam que a terra, água, floresta – lugares da vida destes povos – estão sob ameaças. As intimidações advêm do capital especulativo: agronegócio, do monocultivo, da mineração, do garimpo, das madeireiras e da exploração imobiliária.

A oposição frente a esse processo avassalador, de implantação do poder absoluto do capital especulativo, só poderá ser freada no cotidiano das comunidades, na resistência, na oposição e no fortalecimento de suas lutas, de forma unificada como contraposição ao que vem se impondo pelo sistema.

A trilha do percurso está no fomento da cultura do encontro – proposta da Articulação – e no fortalecimento das lutas e resistências que ocorrem na vida cotidiana destes povos, em suas comunidades. Sobretudo, na vivência que se arranja a partir de apoios comunitários e das bases ancestrais, em que os valores preponderantes são a preservação dos territórios, o modo de ser, a defesa da vida e o cuidado com a Casa Comum. A resistência e o fortalecimento desses territórios são abastecidos no solo fértil do comum, dos ambientes comunitários e ancestrais, como narraram as lideranças participantes do encontro.

Para Emília Costa, articuladora do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), “a contrapartida disso é que a gente continua com nossos pés fincados, lutando, porque sabemos que lá é nosso território sagrado. E seguimos nos defendendo e nos unindo para defender nossa casa comum”.

“Estamos aqui na resistência! No território onde estão plantados nossos antepassados e nossa ancestralidade. Temos que buscar força para continuar na resistência diante de tanta barbaridade promovida por esse governo”, ressalta Antônio Veríssimo Apinajé, Terra Indígena Apinajé, do Tocantins.

A liderança ressalta que em seu território, a exemplo de tantos outros no país, o povo sofre com as investidas do agronegócio, cercados pela monocultura e enfrentando a pressão de invasores e desmatadores.



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

“Além de tudo isso, ainda temos um governo que está transformando cada vez mais nosso país num campo de conflito grave. Estamos sendo atacados em várias frentes, madeireiros, garimpeiros, desmatadores, grileiros, é o fogo, que é outra ameaça grave e fatal contra os territórios e contra as florestas”, denuncia a liderança Apinajé.

Lilian Aquino, da Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira, município de Caraíbas (BA), conta que em seu território o drama é com as vazantes do Rio Gavião. “O rio não está ficando com volume para deixar as vazantes. Ele chega hoje, e amanhã já secou. Então, as famílias estão tendo que se adaptar. Isso nos preocupa, porque

surtem iniciativas como contratar trator para gradear a terra, e o bombeamento de água”.

Lilian se diz apreensiva, sobretudo com a juventude. “Os jovens, daqui um tempo, podem ser seduzidos por esse agronegócio, que a propaganda é muito forte, e acaba destruindo com tudo que a gente construiu com muita luta. Temos que orientar, explicar que estamos fazendo isso para a sobrevivência, e não para enriquecer”, enfatiza.

As mais de 60 lideranças que participaram do encontro destacaram os territórios como espaços de vida e resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado brasileiro. Para as lideranças, o contraponto está na resistência, não só política, mas também territorial, espiritual e ancestral.

“Vamos seguir em luta,
porque a gente precisa se preservar
e se proteger”



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

A liderança quilombola Fátima Barros, vítima da covid-19, foi lembrada e homenageada durante o encontro

Memória e esperança

Em um contexto adverso, com um governo agressivamente contrário aos direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, um dos desafios do encontro foi o de fortalecer redes de esperança.

Entre cantos e momentos de mística e de celebração, o primeiro dia de encontro fez também memória à liderança quilombola Fátima Barros, da Ilha de São Vicente, integrante da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), vítima da covid-19, assim como outras lideranças mortas nesta pandemia do coronavírus e que faziam parte do coletivo.

A vitalidade de Fátima em seu compromisso com a luta dos povos e das comunidades tradicionais foi lembrada por muitos dos participantes da atividade.

“Tive a honra de poder estar junto com a nossa companheira Fátima Barros em muitas frentes de batalha”, recorda-se o cacique Ramon Tupinambá, da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, na Bahia. Vamos sempre ritualizar em nome dela e das mulheres que a seguiram na luta. E vamos seguir em luta, porque a gente precisa se preservar e se proteger”.



Tiago Miotto/Cimi



Ocupação na Câmara dos Deputados em 2016

Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Vigília em frente ao STF, em 2017, em defesa dos direitos constitucionais indígenas e quilombolas

Caminhada de resistência

A Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais surgiu a partir da proposta de aproximar diferentes povos e comunidades tradicionais que, em sua diversidade de modos de vida, enfrentaram desafios semelhantes para defender seus direitos e territórios.

“Esse processo que estamos vivendo hoje inicia com as resistências dessas comunidades na defesa de seus territórios, da água, da biodiversidade, dos corpos que até hoje estão sendo violentados pela luta que têm contra a expansão do capital em muitos lugares. E as comunidades se colocam como a última fronteira contra esse avanço do capital”, afirma Isolete Wichinieski, coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 2013, a 5ª Semana Social Brasileira, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), propunha uma discussão sobre o papel e a função do Estado. O debate impulsionou a ideia, já presente em diversas regiões, de aproximar comunidades e traçar estratégias conjuntas de luta.

Naquele momento, o Brasil despontava como a oitava economia mundial, um país emergente e em franco crescimento. O discurso desenvolvimentista ganhava força e buscava se impor como consenso, avançando sobre os territórios e ignorando povos e comunidades que não aceitassem abrir mão deles em nome de uma visão única de progresso.

“Apesar de termos um governo dito progressista, ele estava muito imbricado e articulado com esse capital, se colocando também contra os povos e comunidades tradicionais”, recorda Isolete. Grandes projetos de infraestrutura, da soja, da agropecuária, do eucalipto e da mineração avançavam de forma implacável sobre os territórios tradicionais.

Entre as discussões que surgiram nesse processo, temas como o Bem Viver, a decolonialidade e o papel do Estado vieram à tona e se somaram à necessidade, já identificada pelos próprios povos e comunidades, de aproximar lutas e delinear estratégias conjuntas de resistência.

“É muito forte esse processo de se colocar não contra o Estado, mas contra esse modelo de Estado que se tem, que oprime e força as comunidades a sair dos seus territórios. E a importância da mobilização, trazendo junto toda essa realidade, não só das suas lutas, mas da sua identidade enquanto povos e comunidades tradicionais”, sintetiza a coordenadora da CPT.

Além de fortalecer as iniciativas locais de articulação entre diferentes povos e comunidades, que já surgiam em diversas regiões do país, a Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais protagonizou, em âmbito nacional, importantes mobilizações.

“Esse processo de articulação teve desdobramentos muito concretos, não só com encontros, mas também com atos e mobilizações políticas muito simbólicas e com impactos bastante significativo nos processos de luta em defesa dos direitos e das formas de existências dos povos e comunidades tradicionais no Brasil”, lembra Cleber Buzatto, secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Entre estes momentos emblemáticos, destacam-se a ocupação de um plenário da Câmara dos Deputados, em outubro de 2015, quando lideranças de povos indígenas,

quilombolas e comunidades tradicionais de 15 estados participaram de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

No aniversário da Constituição Federal, a audiência transformou-se em uma vigília que, apesar da pressão, avançou até a manhã seguinte, denunciando projetos voltados ao desmonte dos direitos constitucionais dos povos e comunidades tradicionais.

Em 2016, cerca de 200 lideranças realizaram uma nova ocupação na Câmara dos Deputados. Com a mobilização, os povos e comunidades conseguiram arrancar do então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o compromisso de não prorrogar o prazo de funcionamento da CPI da Funai e do Inkra e de não colocar em votação a PEC 215, voltada a inviabilizar a demarcação de terras indígenas.

Em 2017, a iminência de importantes julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF), centrais para os direitos

constitucionais e territoriais de povos indígenas e quilombolas, motivou a realização de uma vigília na Praça dos Três Poderes, em Brasília, na noite que antecedeu as votações.

Estavam em pauta ações que discutiriam demarcação de terras indígenas, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, que questionava a titulação de terras quilombolas. A vigília, mais uma vez, durou a noite toda. E todas as ações tiveram votação favorável.

“Agora estamos retomando esse processo de articulação, de forma virtual, mas com muita esperança de que possamos renovar as energias, esperanças e memórias, como no caso da Fátima, que esteve desde os primeiros passos dessa articulação e foi uma das lideranças mais assíduas, orgânicas desse processo. Infelizmente, ela nos deixou de forma física, mas certamente continua nos iluminando para a continuidade dessa caminhada”, afirma Buzatto.

Manifesto público contra a criminalização de lideranças de movimentos que lutam em defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais

Nós, Indígenas, quilombolas, vazanteiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo e fecho de pasto, pescadores e geraizeiros, integrantes de Povos e Comunidades Tradicionais, que participamos do Encontro Nacional da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, viemos a público manifestar solidariedade e apoio às lideranças indígenas Almir Suruí, Sônia Bone Guajajara, Deoclides de Paula Kaingang, Maria Inês de Freitas Kaingang e tantos outros, que pelo Brasil, sofrem com a perseguição de agentes de estado e são criminalizados através da proposição e abertura de inquéritos policiais, flagrantemente intimidatórios.

Também repudiamos a atitude discriminatória e persecutória, posta a cabo pelo governo Bolsonaro, por meio do presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Marcelo Augusto Xavier da Silva, contra as organizações indígenas APIB – Articulação de povos Indígenas do Brasil, APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, ARPIN SUL – Articulação dos Povos Indígenas do Sul, COIAB – Coordenação de Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira, CGY – Comissão Guarani Yvyrupá e Conselho do Povo Terena.

Manifestamos igualmente nosso repúdio à ação movida pelo Governo do Estado do Maranhão contra o assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra, Rafael Silva, em retaliação à atuação na defesa da comunidade Cajueiro/São Luís – MA, contra despejos forçados e ilícitudes cometidos no projeto de implantação de projeto portuário privado de interesse do Governo do Estado.

Essas ações ameaçadoras vinculam-se a perspectiva de se promover a criminalização dos movimentos que lutam em defesa da terra, das águas e das matas, tendo em vista o favorecimento de segmentos econômicos estruturados para a exploração predatória e criminosa dos territórios originários e tradicionais de nossos povos e comunidades.

A criminalização de lideranças e movimentos sociais soma-se a um contexto alarmante de destruição socioambiental que atinge todos os biomas brasileiros, bem como territórios tradicionais e indígenas. Afirmamos, portanto, que os verdadeiros crimes são os cometidos pelo Estado Brasileiro, latifundiários, grileiros e mineradoras.

Povos e comunidades tradicionais convivem diariamente sob ameaça da destruição de seus territórios através da grilagem de terras, destruição das florestas, envenenamento dos rios, mineração, guerra química por agrotóxicos, conflitos no campo, crescimento da fome, insegurança alimentar e pela pandemia de covid-19 que já assassinou milhares dos nossos.

Mesmo diante deste ambiente político de ameaças e intimidações, de desconstituição dos direitos e de desterritorialização, a resistência se faz necessária, organizada e articulada. Reafirmamos que seremos resistência, enraizada em nossas ancestralidades, na espiritualidade, nos encantados, nos orixás, nos encantos de luz, em Ñhanderue Tupã.

Somando-se à luta dos povos e fazendo coro com as denúncias acima citadas, a Articulação das Pastorais do Campo afirma irrevogável aliança e assina em conjunto o presente Manifesto. A presença pastoral é solidária e caminha junto aos povos e comunidades tradicionais por décadas, no enfrentamento direto ao capitalismo, fome e conflitos no campo brasileiro.

Por fim, nossa resistência está enraizada na mãe-terra e mergulhada nas profundezas das águas maternas. As formas de resistir se fazem sementes plantadas hoje, agora no presente, para florir e gerar vida de libertação no futuro.

Seguimos juntos e em unidade na luta e na esperança construindo caminhos do Bem Viver.

Assinam: Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais e Articulação das Pastorais do Campo, Maio de 2021

Metade dos deputados que aprovaram redução de áreas protegidas em RO são pecuaristas ou foram financiados por proprietários rurais

Redução da proteção ambiental, se sancionada pelo governador, equivale à área das cidades de São Paulo e Salvador juntas; Procuradoria do Estado diz que projeto é inconstitucional

Por **Daniel Camargos** do Repórter Brasil

Para beneficiar pecuaristas, os deputados estaduais de Rondônia aprovaram uma lei que dizima duas áreas de reserva no entorno de Porto Velho. O estrago ambiental, caso sancionado pelo governador, vai retirar a proteção ambiental de 219 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim, o equivalente às áreas das cidades de São Paulo e Salvador somadas.

Quase a metade (11 dos 25) deputados estaduais que aprovaram o projeto por unanimidade são pecuaristas ou foram financiados por criadores de gado, revela cruzamento de dados realizado pela Repórter Brasil, com base na declaração de bens e de doadores disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral com documentação sobre transporte de gado. A redução das áreas de reserva ambiental vai beneficiar diretamente a atividade econômica: estima-se que existam 120 mil cabeças de gado na Resex Jaci-Paraná.

Entre os 25 deputados estaduais, seis receberam doações na última campanha eleitoral de pecuaristas: Alex Redano (DEM), Cássia das Muletas (Podemos), Geraldo da Rondônia (PSC), Johnny da Paixão (PRB), Lebrão (MDB) e Luizinho da Fetagro (PT). Além de ter recebido doações, o petista também está entre os seis que são pecuaristas ao lado de Adelino Follador (DEM), Edson Martins (MDB), Ezequiel Neiva (PTB), Luizinho Goebbel (PV) e Laerte Gomes (PSDB).

A relação dos deputados com os interesses no agronegócio não podem ser observadas apenas com as doações. O relator do projeto de lei, o deputado Jean Oliveira (MDB), não tem nenhuma propriedade rural em seu nome e nem recebeu doações de pecuaristas, mas é investigado pela Polícia Federal por integrar uma quadrilha que tentou grilar uma unidade de conservação e por cogitar matar um procurador que se opôs ao roubo da terra pública, segundo revelou a Folha de São Paulo.

Se o agronegócio ganha de um lado, por outro, o projeto ameaça indígenas, incluindo pelo menos seis grupos que vivem em isolamento voluntário, segundo a freira Laura Vicuña, missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). “Se esse projeto for sancionado pelo governador, o Brasil pode cometer etnocídio”, afirma.

Tanto o Parque Estadual Guajará-Mirim quanto a Reserva Extrativista Jaci-Paraná estão em áreas no entorno das Terras Indígenas Uru-eu-wau-wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão e Karitiana. Uma região que Vicuña define como um “mosaico ecológico por onde perambulam povos em isolamento voluntário”.

“Eles [indígenas] não têm contato com a sociedade e nem ficam restritos às terras indígenas demarcadas, por isso, a importância dessas áreas de reserva”, explica Vicuña. Segundo o Cimi, são quatro grupos identificados próximos à Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, um na TI Karipuna e outro na TI Karitiana. “A gente sabe apenas por vestígios encontrados por moradores ou por sobrevoos da existência desses povos”, afirma a missionária.

O favorecimento dos pecuaristas em detrimento da preservação ambiental e proteção dos indígenas está na gênese do texto do Projeto de Lei Complementar 80 de 2020, que foi enviado pelo governador coronel Marcos Rocha (PSL) para os deputados. O governador, que é bolsanarista convicto e reproduz o discurso antiambiental do presidente, argumentou no texto que na Resex Jaci-Paraná existem 120 mil cabeças de gado “sem qualquer licenciamento ambiental ou autorização para supressão da vegetação nativa”.



Foto: Christian Braga/Greenpeace

Queimada próxima ao rio Rio Branco na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Porto Velho, Rondônia

Rocha assumiu ainda a incapacidade do governo de lidar com as invasões: “As inúmeras ações de comando e controle até então executadas têm sido insuficientes para impedir o avanço da ocupação e desmatamento ilegais”.

Cabe agora ao governador sancionar ou vetar a lei que ele mesmo enviou. Um dia antes do encerramento do prazo, a procuradoria Geral do Estado (PGE) de Rondônia emitiu parecer que aponta a inconstitucionalidade do projeto. Entre os problemas listados pela PGE estão a ausência de estudos técnicos para embasar a decisão e a violação do princípio que veda o retrocesso ambiental.

Legalização da grilagem de terras

“O objetivo dessa lei é legalizar a grilagem”, afirma o ambientalista Edjales Brito, conselheiro da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. Para Brito, a justificativa do governo de que não consegue mais impedir a invasão das áreas pela pecuária é absurda. “Nem cogitaram em mudar o tipo de proteção das áreas e tornar mais compatível com a presença de algumas atividades, pois o plano é acabar com tudo”, afirma.

Brito entende que Rondônia é um “laboratório do Brasil”, em que os retrocessos ambientais chegam primeiro. “A men-

talidade de quem está no poder é colonizadora. Chamam indígena e extrativista de preguiçoso e se colocam como o setor produtivo, com um discurso de superioridade”, entende o ambientalista.

Com a redução das áreas de reserva, o que irá acontecer, segundo Brito, é a repetição de um ciclo de destruição. “Primeiro retiram a madeira, depois queimam, fazem as pastagens e, por fim, abrem espaço para as monoculturas de exportação, como milho e soja”, explica.

O fogo, inclusive, não espera a aprovação da lei para começar a destruir. Foram 895 focos de queimada na Resex Jaci-Paraná e 133 focos no Parque Guajará Mirim em 2020. As duas áreas ameaçadas estão majoritariamente inseridas nos limites de Porto Velho e Nova Mamoré. Justamente as duas cidades mais devastadas em Rondônia em 2020, segundo mostram os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Caso a lei seja sancionada, a Resex Jaci-Paraná perderá 171 mil hectares da área protegida, permanecendo com apenas 22 mil hectares, pouco mais de 10% de sua área original. A área foi criada em 1996 para assentar 52 famílias extrativistas que já estavam na região, explica o representante da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), Joadir Lima.

Com o passar dos anos, a falta de fiscalização e apoio dos órgãos governamentais, a reserva foi sendo invadida por pecuaristas. “Os seringueiros sempre denunciaram, mas o governo nunca atuou e as famílias foram expulsas”, afirma Lima. Entre 2008 e 2020 o desmatamento na reserva foi de 83 mil hectares, ou seja, 42% do total, segundo dados do Inpe. É a segunda área protegida mais devastada da Amazônia, atrás apenas da Área de Proteção Triunfo do Xingu, em São Félix do Xingu, no Pará, outra região dominada pela pecuária.

O modus operandi da invasão, segundo o representante dos seringueiros, é a entrada de pessoas que ocupam a terra como “laranjas” de grandes proprietários. “O avanço da pecuária e da soja em Rondônia é muito grande e pressiona essas áreas”, entende Lima.

O ambientalista Edjales Brito explica que quem invadiu a área não são pessoas pobres com perfil para serem inseridos em programas de reforma agrária. “Os produtores de Porto Velho possuem o maior rebanho de Rondônia e grande parte dele está nessas pastagens abertas ilegalmente em áreas públicas invadidas”, afirma.

Já o Parque Estadual do Guajará-Mirim, que tem 217 mil hectares, ficará com 166 mil hectares, caso o projeto seja sancionado.



Como são hoje (à esquerda) e como ficarão áreas de proteção caso governador sancione o projeto (Imagem: disponível em estudo da Procuradoria Geral do Estado)



Lobby do boi

Brito e Lima integram uma Frente Ampla de Defesa das Áreas Protegidas em Rondônia, um movimento social formado por 65 organizações. A Frente tenta se contrapor ao lobby do agronegócio, mas não conseguiu convencer nenhum dos 25 deputados estaduais de Rondônia a apoiá-los.

A Repórter Brasil procurou os 11 parlamentares questionando se houve conflito de interesse por serem produtores rurais ou por terem sido financiados por pecuaristas.

Após a publicação da reportagem, o deputado Lazinho da Fetagro afirma que se ausentou da votação do projeto de lei, por conta de problemas, como a conexão à internet. Apesar de não ter votado em nenhum dos dois turnos, o petista disse que foi contrário ao projeto. O deputado não se considera pecuarista e alega que tem apenas uma propriedade de 60 hectares e que comprou e vendeu gado usando terras arrendadas com o salário que recebe como deputado. Sobre seus

doadores, ele entende que eles financiaram a campanha por acreditar nos ideais políticos defendidos por ele.

Apenas a deputada Cássia das Muletas (Podemos) respondeu. “São áreas ocupadas há mais de década por pequenos produtores que viviam em absoluta insegurança jurídica e de futuro pela condição irregular que se encontravam”, afirma.

A deputada também garante que o fato de ter recebido doação de um pecuarista não influenciou na sua decisão, pois, segundo ela, as propriedades do doador estão distantes das áreas de preservação afetadas pelo projeto de lei. Ela também destacou que o projeto prevê a criação de novas áreas de reserva.

De fato, são cinco áreas previstas, que somadas chegam a 120 mil hectares, mas que segundo o parecer da Procuradoria-Geral do Estado são regiões “substancialmente inferiores em extensão às desafetadas, além de não reproduzirem os atributos únicos encontrados na Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim”.

A PGE deixa claro que não há como comparar as novas áreas

que serão criadas com as duas que podem perder a proteção, pois a Reserva Extrativista Jaci-Paraná e o Parque Estadual Guajará-Mirim “se encontram em uma das regiões mais relevantes e sensíveis do ponto de vista ambiental, compondo o único corredor ecológico que interliga diversas Terras Indígenas e Unidades de Conservação federais e estaduais”.

Não é o primeiro decreto com caráter antiambiental do governo do coronel Marcos Rocha. Em janeiro, ele legalizou o garimpo de ouro no rio Madeira. “Dia histórico”, publicou o governador no Twitter. O coronel Rocha ressaltou que o sogro dele era garimpeiro e atuou na ilegalidade por muitos anos. A atividade deixa um rastro de mercúrio, um metal tóxico, que contamina os peixes e compromete a saúde de quem utiliza a água.

A desafetação das áreas de reserva é mais um projeto nesse sentido, segundo a Frente Ampla de Defesa das Áreas Protegidas em Rondônia. Se entrar em vigor, abre caminho para legalização de dezenas de milhares de quilômetros grilados e desmatados para pecuária.

Organizações posicionam-se contra redução de unidades de conservação em Rondônia

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Organizações da sociedade civil têm se mobilizado contra a proposta de redução de unidades de conservação no estado de Rondônia, prevista no Projeto de Lei Complementar (PLC) 080/2020, de autoria do governo estadual. A proposição foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Rondônia, no final de abril, e recentemente sancionada pelo governador do estado, o coronel Marcos Rocha (PSL).

O PLC 080/2020 prevê a exclusão de 171 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, reduzindo-a em quase 90%, e a retirada de 55 mil hectares do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Em carta entregue ao governador no dia 6 de maio - assinada pela Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Greenpeace, SOS Amazônia, WWF-Brasil e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - as organizações alertaram o governador do estado que

a aprovação do projeto e a consequente apropriação ilegal de terras públicas teria impactos “diretos e irreversíveis” nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karitiana e em povos em isolamento voluntário na região.

“Esses povos, que nunca foram consultados sobre as alterações nas unidades de conservação, têm agora ameaçadas sua integridade física, cultural e territorial, ficando expostos à expulsão, à doença e à morte”, afirmam as organizações.

Porto Velho, 6 de maio de 2021

Senhor Marcos Rocha

Governador do Estado de Rondônia

Palácio Rio Madeira – Av. Farquar, 2986 – Bairro Pedrinhas CEP 76.801-470 – Porto Velho, RO

No momento em que a população de Rondônia tenta sobreviver à pandemia de covid-19, que já provocou a morte de mais de 5 mil pessoas no Estado, a Assembleia Legislativa aproveita para premiar grileiros e desmatadores ilegais com mais de 220 mil hectares de terras públicas. Os deputados estaduais fizeram isso com base no projeto de lei complementar 080/2020, enviada pelo senhor àquela casa, propondo o corte de imensas áreas da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

O projeto teve discussão e aprovação relâmpagos, numa única noite. Ofício do governo do estado, autor do projeto, solicitando sua retirada de pauta, foi ignorado. Os parlamentares passaram mais tempo em reuniões secretas do que em sessão pública, em uma demonstração inaceitável de falta de transparência e de déficit democrático. O resultado, ao final da sessão, foi a quase extinção da resex e a desfiguração do parque. As informações exatas sobre os novos limites das unidades de conservação, alteradas durante a votação, nunca foram conhecidas. Os parlamentares aprovaram as mudanças sem nenhuma base científica ou técnica. As alterações foram feitas sem nenhuma discussão com a sociedade. O texto aprovado nunca foi divulgado pela Assembleia Legislativa.

De acordo com o decidido pela Assembleia, a reserva extrativista de Jaci-Paraná ficaria praticamente extinta. Dos 193 mil hectares existentes, sobrariam apenas 22 mil, pouco mais de 10% da área original. O parque estadual de Guajará-Mirim perderia 55 mil hectares, num corte que atinge inclusive a sede da unidade de conservação, que ficaria de fora da área preservada. Os números ainda são estimados.

A Assembleia propõe que as terras retiradas das unidades de conservação sejam dadas como prêmio a invasores ilegais, que ocuparam a floresta com base na violência, como o senhor mesmo deve ter acompanhado desde seu posto de coronel na Polícia Militar. Comunidades tradicionais foram expulsas a força, para colocar, em seu lugar, 120 mil cabeças de gado.

É conhecido, por exemplo, o testemunho do Presidente da Associação de Seringueiros Bentivi, Francisco Lopes da Silva, transcrito em nota técnica do Grupo de Trabalho Amazônico de 2014. Chico enviou carta pedindo ajuda à Sedam. Ele solicitava providências contra a expulsão violenta

de famílias de moradores da Reserva Extrativista, como neste trecho: “Os grileiros já queimaram quatro casas dos seringueiros nas margens do rio Jaci e estão ameaçando queimar o restante das casas. Pude presenciar o seringueiro José Valério Parente com todos os seus pertences em uma praia”. Essa foi a dinâmica de ocupação da área pública para a criação de gado, com a expulsão das comunidades tradicionais.

A nota técnica ainda informa: “O processo de grilagem de terras da Resex Jaci-Paraná obedece à tática de ‘crime organizado’ que está destruindo várias unidades de conservação do Estado. A indústria madeireira instalada em Rondônia, em número muito maior que o de florestas disponíveis, sobrevive em boa proporção de madeiras roubadas de unidades de conservação e terras indígenas, com toda sorte de fraudes e conivências para esquentar madeiras. No caso da Resex Jaci-Paraná, além de madeiras licenciadas vizinhas à Resex, os madeireiros foram saqueando madeiras e no seu rastro deu-se a invasão por grileiros. A posse das terras, via de regra, se dá com a invasão em grande número de pessoas que destroem a floresta, vendem as madeiras, semeiam o capim e ficam de fora, incendiando anualmente a área. De um a dois anos, é possível transformar uma vasta região de floresta em fazendas pecuárias, e eles apostam na lógica do fato consumado, segundo o qual destruir floresta é aceito como ‘benfeitoria’. É difícil responsabilizar os autores, uma vez que os grandes em geral agem com prepostos e mesmo os pequenos nos primeiros anos entram esporadicamente na reserva e em geral impera a ‘lei do silêncio’, sendo corrente o jargão mafioso “quem dedurar morre”. Portanto, senhor governador, não se trata de pequenos agricultores, mas do crime organizado, que impõe sua própria lei.

Os grandes responsáveis pelas invasões, como o senhor sabe, são gente poderosa e influente, que usa posseiros como laranjas. Gente que contrata jagunços armados para expulsar a força famílias tradicionais que tiram seu sustento da floresta em pé.

Agora, a decisão da Assembleia Legislativa reconhece e premia a ação violenta dos grileiros, ao mesmo tempo em que legitima a expulsão de indígenas, seringueiros e extrativistas para dar lugar à pastagem e ao boi. Essa medida contribuiria para enriquecer alguns poucos poderosos, deixando para a população a conta do prejuízo ambiental. Condenaria à miséria na periferia das cidades centenas de famílias impedidas de continuar vivendo de maneira sustentável na floresta – que agora cai oficialmente em nome do rebanho de gado.

Essa apropriação ilegal de terras públicas teria impactos diretos e irreversíveis nas terras indígenas Uru-eu-wau-wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karitiana e comunidades em isolamento voluntário na região. Esses povos, que nunca foram consultados sobre as alterações nas unidades de

conservação, têm agora ameaçadas sua integridade física, cultural e territorial, ficando expostos à expulsão, à doença e à morte.

A drástica redução das unidades de conservação é o coroamento de ataques sistemáticos à lei e à ordem, numa história de mais de 20 anos de agressões. Contraria a Constituição Federal e diversas decisões judiciais e dos ministérios públicos estaduais e federal. Descumpra a legislação vigente e acordos internacionais assinados pelo Brasil.

A decisão da Assembleia Legislativa coloca, ainda, o estado de Rondônia na condição de pária perante um mundo que busca por mais florestas, que precisa de mais natureza, para garantir o próprio futuro da humanidade.

Implicaria, ainda, em potencial barreira econômica para o Estado de Rondônia, que corre o sério risco de ver se fecharem mercados importantes para as commodities aqui produzidas, em função da legalização da grilagem de florestas públicas e sua conversão em pastagens.

Entendemos que o governador não pretenda se aliar a essa imagem nem compactuar com o procedimento antidemocrático levado a cabo pela Assembleia.

Não lhe faltam argumentos para vetar integralmente o texto aprovado na Assembleia Legislativa e evitar, assim, o isolamento do Estado de Rondônia mesmo entre os governadores da Amazônia.

Depois de vetar integralmente o projeto de lei, o governo deve chamar um amplo debate com a sociedade civil organizada, de maneira que se encontre uma solução com base na ciência, na Constituição, nas leis e nas decisões judiciais. E, para colaborar com esse objetivo, nos colocamos desde já à disposição.

O senhor tem agora a oportunidade de escolher como quer entrar para a história. Vetando o projeto, enviará ao Brasil e ao mundo a mensagem de alguém que cuida das pessoas e da natureza. Se sancionar, ficará aliado à ilegalidade, à devastação, à violência, à grilagem e aos desmatamentos que destroem a Amazônia. Além disso, corre o risco de ser desautorizado pela Justiça, que tem, repetidamente, barrado agressões à floresta e à população.

De nossa parte, não permitiremos a consolidação dessas ameaças. Vamos denunciá-las e lutar de todas as formas, inclusive fora do país se necessário, para defender nossas populações, nossas florestas, nosso clima e nossa Democracia.

Assinam:

Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR)
 Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
 Greenpeace, SOS Amazônia, WWF-Brasil
 Cimi – Conselho Indigenista Missionário

Na ONU, Nação Guarani realiza denúncia conjunta sobre violações contra seus povos na América Latina

Foto: Aless Derivas/Deriva Jornalismo

Representantes da Nação Guarani se dirigiram às Nações Unidas durante evento virtual paralelo à 20ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas

Por **Aless Deriva**, especial para a Assessoria de Comunicação – Cimi

O povo Guarani é um dos maiores das terras baixas da América do Sul, com mais de 280 mil pessoas distribuídas em seis países. Durante a 20ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas, lideranças das principais organizações Guarani da Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai debateram o tema “Desterritorialização, livre determinação e pandemia, a situação dos direitos humanos dos Povos Guarani na América do Sul”. A atividade foi organizada pelo Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA) e contou com o apoio da rede indigenista Guarani nos quatro países.

O debate foi acompanhado por relatores do Alto Comissariado da ONU para Questões Indígenas. A intenção foi alertar a comunidade internacional sobre a situação dos Guarani no continente. Grande parte das 1.600 comunidades Guarani ainda não possui território garantido, o que causa um alto índice de migração para as cidades vizinhas em busca da sobrevivência de suas famílias e do Teko Porã (Bem Viver).

Para Elias Caurey, mediador do evento e integrante do Centro de Pesquisa e Promoção do Campesinato Boliviano (CIPCA), o povo Guarani pode ser a referência do novo mundo que está sendo construído, presente no Uruguai, Venezuela, Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Atualmente, 3 milhões de pessoas falam a língua Guarani no continente. Segundo Elias, é o segundo povo indígena mais populoso da América Latina, atrás apenas do Quechua.

Durante a saudação inicial, “evocar o espírito e a energia”, Elias Caurey convidou Getúlio e Alda Kaiowá, da Terra Indígena Reserva de Dourados. Os dois anciões cantaram e dançaram para dar a bênção espiritual aos participantes.

O professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) Clóvis Brighenti informou que no Brasil são cerca de 85 mil Guarani, habitantes do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maioria é criança e jovem de até 25 anos. “O que traz vitalidade e esperança no seguir sendo guarani”, comenta Clóvis.

De 350 comunidades, grande parte segue sem garantia legal, sem demarcação. Apesar da determinação legal de que as terras Guarani sejam devolvidas, pontua Brighenti, a elite agrária, em conluio com o Estado brasileiro, através de obstáculos judiciais e da violência, não admitem que este povo originário recupere suas terras. Apesar da luta pelos seus direitos, tendo as retomadas como estratégia, em muitos casos o que resta aos Guarani, como consequência dos ataques, é a fome, assassinatos e suicídio.

Mato Grosso do Sul: emergência humanitária

Como no caso dos Guarani e Kaiowá, povo ao qual pertence Otoniel Ricardo. Professor no município de Paranhos, Otoniel relatou o aumento das violações de direitos contra este povo após a eleição de um inimigo declarado dos indígenas, o presidente Jair Bolsonaro.

“Uma comitiva do meu povo acabou de regressar de Brasília, semana passada. Precisou se expor ao novo coronavírus para ir até a capital lutar para manter um direito. Colocamos nosso corpo na luta pelos direitos constitucionais para dizer não a garimpeiros e madeireiros nas nossas terras”, declarou.

Otoniel se refere à luta contra a aprovação do Projeto de Lei (PL) 191, que permitirá, se aprovado, o garimpo em Terras Indígenas. No dia 19 de abril, ocasião em que os Guarani e Kaiowá estavam em Brasília, Bolsonaro convocou lideranças cooptadas para ir à Capital Federal se manifestar a favor do PL. Indígenas contrários, com o apoio do Cimi, se articularam e ocuparam as imediações do Palácio do Planalto



Índigena Guarani Mbya do tekoha Pindó Poty, em Porto Alegre, durante retomada de área invadida pela especulação imobiliária

“Uma comitiva do meu povo acabou de regressar de Brasília, semana passada. Precisou se expor ao novo coronavírus para ir até a capital lutar para manter um direito”

para dizer “não à mineração”.

Segundo Otoniel, o PL 191 é um de mais de dez instrumentos de morte que atualmente ameaçam as demarcações para beneficiar o agronegócio e os monocultivos de soja, cana e milho. O principal destes instrumentos é o marco temporal, tese inconstitucional que visa restringir o direito à terra aos povos que estavam sobre elas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

A esta tese se contrapõe o Indigenato, uma tradição legislativa que vem desde o período colonial e que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito originário – ou seja, anterior ao próprio Estado. A Constituição Federal de 1988 segue essa tradição e garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

“Por isso é importante a ONU entender nossa situação. A violência segue cercando nosso território”. Otoniel relata, como exemplo, os ataques às retomadas de áreas limítrofes à Reserva de Dourados, onde indígenas chegaram a sofrer tortura e os acampamentos atentados, sobretudo nos últimos três anos.

Além da luta pela terra, Otoniel reforça ainda que é preciso denunciar Bolsonaro na condução do combate à pandemia. A ausência de planejamento do governo federal e a falta de estrutura já anterior deixaram comunidades sem água, sem saneamento básico e sem assistência. Condição que sabotou as estratégias de autoproteção das comunidades. “Isso a gente chama de genocídio”, desabafa Otoniel, que relata a morte de lideranças, anciões, rezadores. “Nossa resposta será sempre a solidariedade, a luta, a resistência”.

Terras invadidas no Paraná

Um dos pontos mais conhecidos do Brasil, as sete quedas de Foz do Iguaçu, hoje explorado turisticamente, é território sagrado Guarani. Este é um exemplo das áreas que no estado do Paraná são de ocupação tradicional Guarani e hoje estão sob os interesses e exploração econômica de não indígenas.

Segundo Celso Japoty Alves, líder do povo Avá Guarani, educador e integrante da Comissão Guarani Yyryrupa (CGY), os indígenas no estado tiveram territórios alagados com a

construção da Itaipu Binacional, durante a ditadura militar (1964-1985). Uma ação civil pública corria no Supremo Tribunal Federal (STF) para indenizar o povo originário. Em outubro de 2019 foi retirada da pauta a pedido do procurador-Geral da República, Augusto Aras. Um ataque direto à justiça e à memória do povo Avá Guarani.

Segundo Celso Japoty, a própria Fundação Nacional do Índio (Funai) se absteve de recorrer a 15 anulações de processos de demarcação. O que torna o enfrentamento dos Guarani ainda mais difícil ao perder o apoio que recebiam do órgão indigenista oficial. “E o pior é que nesse momento de pandemia não podemos fazer nada para questionar essas posturas”, afirmou.

“A falta de terra para plantar nos tekoha faz com que tenhamos que buscar empregos. Parentes foram trabalhar em frigorífico que, mesmo a justiça determinando o fechamento pela Pandemia, não liberou os trabalhadores. Resultado: morreram de covid-19”. Além das mortes pela doença, a violência ainda mais direta.

“Vivemos em acampamentos espremidos perto de fazendas de soja, cheia de agrotóxicos que envenenam nossas águas. Os bebês estão nascendo com acefalia”, relatou Celso. “Somos vítimas de atropelamentos propositais, com pessoas fugindo sem prestar socorro, tentativas de assassinatos que não são investigadas”.

Após a fala de Celso, o mediador Elias Caurey reforçou a importância dos relatores da ONU em levarem essas denúncias adiante e tomarem atitudes concretas na responsabilização dos governos na omissão do combate a essas violências.

Miséria e desassistência no Paraguai

No Paraguai, os Guarani estão cada vez mais presentes na cidade de Assunção, deslocados de territórios não garantidos. Recentemente, protestos tomaram conta das ruas de Assunção e uma parte importante das manifestações foi formada por indígenas do povo Guarani, em luta por seus direitos.

Segundo o integrante da Federação pela Autodeterminação dos Povos Indígenas (FAPI), Alberto Vasquez Guarani Mbya, a população indígena tem reivindicado os direitos fundamentais dos povos, que o Estado paraguaio se comprometeu a cumprir em acordos internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Depois de muito tempo de luta, temos atualmente uma lei de educação e de saúde indígenas, alguns subsídios para os povos por parte do governo. Mas ainda assim o con-

flito territorial parece eterno e o reconhecimento dos povos avança muito pouco ou nada”, disse. Alberto se soma a Celso na denúncia de violações provocadas pela Itaipu Binacional. “Milhares de hectares de terras Guarani estão inundados hoje. Em 2019, denunciei essa dívida histórica em Genebra. A reparação é uma demanda internacional de respeito aos povos”, defendeu Alberto.

De acordo com o Guarani Mbya, os indígenas têm se protegido da pandemia tentando manter o isolamento em suas comunidades. No entanto, essa situação chegará a um nível catastrófico se o governo não mudar sua postura. “Não há perspectiva de vacina para o povo indígena. Não é possível vender o artesanato. Até quando vão conseguir manter o isolamento?”, questionou.

Das 711 comunidades do Paraguai, 134 não têm terras próprias; 75% dos indígenas vivem em extrema pobreza

Alberto denuncia que o Instituto Paraguai do Indígena (INDI), a Funai do país vizinho, deveria visitar as comunidades uma vez por mês dando assistência, comida e medicamentos aos povos, mas há territórios em que o órgão do governo esteve apenas duas vezes em um ano. “Se não morrermos de covid, será de fome”, declarou.

Somado a esse cenário, Angela Sales, da Kuña Guarani Aty, denuncia que 1.600 milhões de dólares foram destinados ao INDI no combate à pandemia e não se sabe o quanto deste dinheiro foi destinado às comunidades. Segundo Angela, das 711 comunidades do país, 134 não têm terras próprias; 75% dos indígenas vivem em extrema pobreza.

“É um número muito alto! Na pandemia, a maioria não tem acesso a serviços básicos como comida, trabalho, água, eletricidade. Sem falar na ausência de internet, que compromete a educação das crianças nesse período que estamos vivendo”, relata Ângela. Para enfrentar esse cenário, os Guarani têm se protegido através da espiritualidade. “As práticas tradicionais e o cuidado ancestral se fortaleceram neste período, é a nossa resistência”.

As autonomias na Bolívia

São 400 comunidades Guarani que habitam o Chaco boliviano, região sudeste, distribuídas em três estados. Segundo o diretor do Centro de Investigação e Promoção do Campesinato (CIPCA), Nestor Cuellar, este povo vive em locais com fontes de água, o que garante certa subsistência. No entanto, também estão sobre reservas de petróleo, o que garante inúmeras violações de direitos humanos.

Nestor relata que dos 10 milhões de hectares reivindicados pela Nação Guarani na Bolívia, pouco mais de 1 milhão está destinado aos Guarani. São 85 mil pessoas que se autoidentificam Guarani. A luta deste povo, atualmente, está relacionada à garantia de direitos básicos como terra, alimentação, educação e saúde. O direito à consulta prévia é algo que ainda não está estabelecido no país.

Sob o Estado Plurinacional boliviano, os Guarani compartilham uma experiência única com as chamadas “autonomias”. Cinco autonomias estão em processo de consolidação, segundo Demétrio Romero, presidente da Coordenação Nacional de Autonomias Indígenas Originárias Campesinas.

Carta de Jorgelina Duarte,

Coordenadora da Aty Ñechny, integrante do Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA): Diálogo sobre direitos humanos com o Relator Especial sobre os direitos de povos indígenas e o Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas

Distintos membros do Fórum Permanente, Senhor Relator Especial e representante do Mecanismo especialista. Nossa organização, o Conselho Continental da Nação Guarani – CCNAGUA, que reúne as lideranças Guarani da Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai, defende nossos direitos nesta região desde 2010, quando foi fundado em nossa Assembleia Continental.

Nossas mais de 1600 comunidades passaram pelas mais diversas situações de violações durante este período pandêmico e, infelizmente, porque não é uma prioridade, a vacina para todos é uma realidade muito distante e para



Os Avá-Guarani do Oco'y estabeleceram a barreira sanitária após o primeiro caso de covid-19 ser confirmado em um integrante da comunidade

“As autonomias não são um presente de um partido político ou de uma pessoa particular, mas sim um produto da luta das nações indígenas, que desde 1992 vêm se articulando nesse sentido”. Demétrio rememora que desde as décadas de 1960 e 1970 vem se falando em autodeterminação, mas somente na década de 1990 ela começou a se desenhar na prática.

“A autonomia é um novo modelo de organização, que envolve o território. O mais complicado são as leis que dificultam a nossa gestão. No entanto, estamos solicitando sete modificações para melhorar a concretização das autonomias”. Ainda há muita luta pela frente para conquistar o que garante a Constituição boliviana aos povos. “Foram muitos que nos dividiram com bandeiras e limites, mas o coração Guarani é um só”, finalizou Romero.

Margoth Changaray é responsável pela consolidação das autonomias dentro da Assembleia do Povo Guarani (APG). “A lei está dada para que sejam estabelecidas, mas cada resolução referente às autonomias só anda dentro do Estado se for feita com muita pressão, do contrário não avança”. Segundo Margoth, duas autonomias foram consolidadas depois de mais de 12 anos de luta dos Guarani.

Além da luta pelas autonomias, Margoth é uma das mulheres Guarani que estão assumindo cargos políticos em assembleia, ou como senadoras, deputadas. Segundo Margoth, até pouco tempo atrás era uma realidade impossível de se estabelecer. “Lutamos pelas autonomias e para se fazer presente nas disputas pensando nas novas gerações!”.

“A autonomia é um novo modelo de organização, que envolve o território. O mais complicado são as leis que dificultam a nossa gestão. No entanto, estamos solicitando sete modificações para melhorar a concretização das autonomias”.

poucos. É por isso que acreditamos que as patentes das vacinas atuais devem ser quebradas e distribuídas gratuitamente a todos os povos.

A realidade de nossos territórios em situação de emergência sanitária não está mais grave porque houve ações autogeridas de nossa parte. Mesmo sob todo o discurso negacionista, antivacina e racista que temos registrado na região pelos governos.

Por todas essas razões, tememos o pior, um agravamento sem precedentes das condições de sobrevivência de nossas comunidades. Principalmente aqueles que tem seus direitos territoriais negados.

No Brasil, o Judiciário está prestes a tomar uma decisão histórica sobre os direitos originais dos povos indígenas sobre seus territórios. Na Bolívia, após o colapso da democracia institucional, nosso povo permanece firme e determinado e constrói territórios autogovernados. Estamos seriamente

Pressão madeireira na Argentina

Vasco Baigorri, da Pastoral Aborígena (EMiPA), trouxe alguns elementos sobre o cenário Guarani na Argentina. Presentes majoritariamente nas províncias de Salta, Jujuy e Misiones, os Guarani sofrem com a pressão do Estado e das empresas privadas, especialmente as que plantam Pinus e Eucalipto. “Não há respeito ao direito consuetudinário da Nação Guarani. Juizes e policiais intervêm em questões que são internas a este povo”. Para Vasco, é imprescindível frear o desmatamento em Terras Indígenas e respeitar a consulta aos povos.

Esta semana, Jorgelina Duarte, em nome do Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA), enviou ao Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas da ONU uma declaração em que recomenda ao Fórum Permanente um estudo sobre a situação dos povos Guarani no continente, levando em consideração todas estas denúncias apresentadas acima. Você pode ler a íntegra desta declaração ao final desta matéria.

Ao Alto Comissariado da ONU

Além da declaração de Jorgelina, como já citado, o debate foi acompanhado por representantes do Alto Comissariado da ONU. Para os participantes, é imprescindível que a ONU se manifeste para garantir os territórios indígenas, o cumprimento de acordos internacionais, como a Convenção 169 da OIT, e responsabilizar os governos na gestão do combate à pandemia do novo coronavírus.

Apesar das violações e ataques, o canto de Getúlio e Alda Guarani Kaiowá inundou a sala com a força espiritual do povo Guarani. “As fronteiras têm sido impostas à Nação Guarani, mas que a Nação possa se unir e trabalhar para muito além destes limites colonizadores”, afirmou Vasco Baigorri. Para finalizar, Nestor Cuellar, da Bolívia, disse: “nosso caminhar, ainda que tenha espinhos, com unidade, pode nos levar ao que estamos buscando, que é a Terra Sem Males”.

preocupados com a situação no Paraguai, onde notícias sobre despejos são regularmente noticiadas, povos indígenas estão em situações de rua e ataques armados a comunidades que foram deslocadas, incluindo perpetrados por brasileiros que exploram exaustivamente as terras da região.

Finalmente, na Argentina, nossos direitos consuetudinários são totalmente desrespeitados e não podemos nem exercer nossa autodeterminação em nossos territórios.

Também denunciaremos as ações de despejos, poluição e privatização da água e o avanço da indústria extrativa em nossos territórios reconhecidos e naqueles que ainda estão em processo de reconhecimento.

Portanto, queremos recomendar a este distinto Fórum Permanente um estudo sobre a situação dos povos guaranis no continente, como um dos maiores povos indígenas nas terras baixas da América do Sul.

Aguyjevete!

Em Brasília, povos do médio Xingu cobram cumprimento de condicionantes de Belo Monte

Caciques e lideranças das terras indígenas afetadas pela hidrelétrica ainda cobram da Funai, da Sesai e da Norte Energia compromissos assumidos antes do início da obra

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Caciques e lideranças de doze Terras Indígenas (TIs) da região do médio Xingu, no Pará, estiveram em Brasília para cobrar o cumprimento de condicionantes impostas para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, que gerou diversos impactos sociais, culturais e ambientais em seus territórios e comunidades.

Uma década depois do início da obra e cinco anos depois do início das operações da usina, os povos indígenas da região ainda aguardam a efetivação de medidas voltadas à saúde indígena e à regularização e proteção de seus territórios. As reivindicações dos indígenas são voltadas especialmente à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Consórcio Norte Energia, responsável pela construção e operação de Belo Monte.

A comitiva da articulação indígena do médio Xingu foi composta por caciques e lideranças dos povos Assurini, Araweté, Parakanã, Xipaya, Curuaya, Arara, Arara da Volta Grande, Juruna, Kayapó e Xikrin. A delegação tem representantes das TIs Koatinemo, Araweté Igarapé Ipixuna, Apyterewa, Arara, Kararaô, Cachoeira Seca, Xipaya, Kuruaya, Trincheira Bacajá, Arara da Volta Grande, Paquicamba e Juruna do Km 17.

“Está sendo complicado mantermos nossos povos em isolamento na pandemia, uma vez que a assistência não chega e as condicionantes não estão sendo cumpridas, nem por parte da Norte Energia, nem por parte da Funai, que é um órgão que está deixando de dar assistência às comunidades indígenas. Estamos em busca de melhorias para os povos do médio Xingu. Queremos ser ouvidos”, explica Leo Xipaya, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) de Altamira e cacique da aldeia Cujubin, na TI Cachoeira Seca.

Frontalmente questionada pelos povos indígenas e comunidades tradicionais desde o início de seu licenciamento, Belo Monte foi alvo de mais de 20 ações civis públicas do Ministério Público Federal (MPF), devido ao desrespeito do direito de consentimento livre, prévio e informado das populações tradicionais afetadas pela obra. Em um dos processos, o órgão aponta que a construção da hidrelétrica resultou numa ação etnocida contra os povos indígenas da região.

Saúde indígena

Os povos impactados pela hidrelétrica cobram a efetivação, por parte da Sesai e da Norte Energia, das condicionantes ligadas à reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Altamira, que atende as comunidades da região. Diversas medidas, foram previstas ainda na Licença Prévia concedida pelo Ibama para a construção de Belo Monte, em 2010.

Os indígenas que vivem na região denunciam a falta de profissionais, de infraestrutura adequada, de meios para o transporte de pacientes e até a falta de água potável nas



Em Brasília, caciques e lideranças indígenas do médio Xingu reuniram-se com Sesai para definir cumprimento de condicionantes relativas à saúde indígena

aldeias da região. Impossibilitados de consumir a água do rio após a construção da usina, os povos denunciam até a falta de combustível para os motores que operam os poços artesanais nas aldeias do médio Xingu. Além disso, as lideranças exigem mais transparência e participação de seus representantes e da própria Sesai nas ações sob responsabilidade do consórcio.

“Nenhuma das 48 condicionantes específicas para a saúde indígena foi entregue em sua íntegra. Algumas estão pela metade, outras estão estacionadas, e agora se usa a pandemia como desculpa para que não sejam feitas”, critica José Cleanton Ribeiro, da coordenação do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Norte 2, equipe de Altamira.

No dia 10 de maio, a comitiva de lideranças foi recebida pelo secretário da Sesai, Robson Santos da Silva. Representantes do Consórcio Norte Energia também participaram da reunião, à distância, mas não se comprometeram com a proposta dos indígenas, de assinar um termo de compromisso para o cumprimento das ações de saúde previstas no Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte.

A Sesai se comprometeu a produzir, junto com as lideranças e o Dsei, um documento sistematizando prioridades e prazos para o cumprimento das condicionantes relativas à saúde indígena e buscar um acordo com a concessionária, para garantir a participação e o acompanhamento efetivo dos indígenas e do próprio Dsei na execução das atividades previstas. Caso não se consiga chegar a um acordo, o secretário não descarta a judicialização do tema.

“O que couber à Sesai, a gente vai endireitar. E o que couber à Norte Energia, me parece que está faltando um

“Nenhuma das condicionantes para a saúde indígena foi entregue em sua íntegra. Algumas estão pela metade, outras estão estacionadas”

entendimento e uma pactuação melhor, mais robusta, pois está muito pontual”, garantiu o secretário. “Se não resolver, teremos que judicializar”.

Após uma semana de reuniões junto à Sesai, foram definidas prioridades e prazos para o cumprimento das condicionantes ligadas à saúde indígena, e o órgão federal solicitará à Norte Energia a assinatura de um termo de compromisso e a definição de um cronograma para acompanhar a execução das medidas. A Sesai também se comprometeu a enviar uma comissão para Altamira, a fim de avaliar a situação na região.

Todas as lideranças que estiveram em Brasília já haviam sido imunizadas com a segunda dose da vacina contra a covid-19 e mantiveram protocolos de distanciamento e cuidados sanitários durante sua estadia na capital federal.

Terra e território

As quatro terras indígenas mais desmatadas da Amazônia Legal entre julho de 2019 e agosto de 2020, segundo dados do Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),

estão na região do médio Xingu: as TIs Cachoeira Seca, Apyterewa, Ituna/Itatá e Trincheira Bacajá.

O licenciamento ambiental de Belo Monte previa uma série de medidas de regularização e desintração para as TIs Apyterewa, Cachoeira Seca, Arara da Volta Grande, Paquicamba e Juruna do Km 17, mas as medidas não foram totalmente efetivadas.

A desintração da TI Cachoeira Seca ainda não foi iniciada e, na TI Apyterewa, a interrupção da retirada dos não indígenas acirrou conflitos. Praticamente todos os territórios da região sofrem com a pressão de madeireiros, garimpeiros e grileiros.

“As invasões têm crescido muito, pois os invasores se sentem protegidos pelo atual governo, que prega um discurso anti-indígena. E Belo Monte tem sua parcela de contribuição para isso, por não ter cumprido as condicionantes de desintração das terras indígenas, o que deveria ter sido feito antes de iniciar o funcionamento da hidrelétrica”, avalia Cleanton Ribeiro.

“A Norte Energia não está cumprindo com os planos que foram feitos para que se construísse a hidrelétrica”, critica Lídice Juruna, professora na aldeia Terrawangã, na TI Arara da Volta Grande do Xingu. “São nossos direitos. A gente não está pedindo, a gente está exigindo o que é nosso. Foram na nossa casa e mexeram nela. Não demos autorização, a gente foi coagido a aceitar. E agora está aí, foi construído, e a gente está sofrendo”. ♦

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Justiça manda PF suprimir trechos de relatório que criminaliza os Akroá-Gamella

A 1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Maranhão anulou todos os trechos do inquérito apontados pelos Akroá-Gamella como criminalizadores, racistas e que questionam a identidade do povo

Por **Renato Santana**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Há quatro anos, em 30 de abril de 2017, os Akroá-Gamella sofreram um ataque enquanto se retiravam de uma retomada realizada dois dias antes, no Povoado das Baías, município de Viana (MA).

Uma multidão incitada por políticos, durante a chamada Manifestação pela Paz, se dirigiu ao local e com armas de fogo, pedras, facões e pedaços de pau feriu gravemente 22 Akroá-Gamella, incluindo crianças e adolescentes.

O caso ficou conhecido como o Massacre Gamella e teve ampla repercussão dada a ferocidade do ataque. Dois indígenas tiveram que passar por cirurgia para costurar as mãos aos punhos depois de amputadas a golpes de facão.

Um inquérito foi aberto pela Polícia Federal para apurar quem incitou o ataque e aqueles que entre as cerca de 250 pessoas que atacaram os Akroá-Gamella foram responsáveis pelos atos bárbaros de linchamento, tentativa de mutilação e tiros.

Ocorre que a investigação produziu relatórios com conclusões racistas e de criminalização dos indígenas, sem provas concretas, questionando ainda a identidade dos Akroá-Gamella e podendo levar à prisão lideranças do povo sob a acusação de “estelionato indígena” e formação de quadrilha.

No último dia 30 de abril, porém, a 1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Maranhão anulou todos os trechos do inquérito apontados pelos Akroá-Gamella como criminalizadores, racistas e que questionam a identidade de seus membros.

Conforme o juiz Luiz Régis Bonfim Filho, os trechos deverão “ser suprimidos mediante a oposição de tarjas pretas sobre os mesmos”, além de declarar nulos trechos de outros documentos (relatórios) produzidos pela Polícia Federal no âmbito do inquérito.

Nos relatórios, a Polícia Federal chama a organização indígena de “quadrilha” e que ela faz “ameaças, inclusive de mortes, às pessoas e a todos “não índios” os quais têm medo de falar (SIC)”.

Há acusações variadas e sem provas contra integrantes do povo Akroá-Gamella, onde os relatórios afirmam que não se tratam de indígenas, mas sim de “estelionatários” que buscam benefícios do governo federal.

“Portanto, conclui-se tratar-se de um “estelionato indígena” conforme fartamente comprovado pelos fatos, documentos e entrevistas já nos autos desse IPL (SIC)”, diz um dos trechos do inquérito anulado pela Justiça Federal.

Habeas Corpus preventivo

A decisão da Justiça Federal foi provocada por um Habeas Corpus impetrado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e defensorias da União e do Maranhão.

Para as organizações, o inquérito da Polícia Federal não investigou os incitadores e autores do ataque contra os Akroá-Gamella e no lugar montou um documento capaz de levar à prisão iminente ao menos três lideranças do povo.

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu um parecer apontando como cabíveis os embargos dos trechos destacados pela defesa dos indígenas dos relatórios da Polícia Federal. Para o MPF, todos são passíveis de acolhimento.

Kum'tum Akroá-Gamella, ferido a tiro e pauladas durante o ataque de 30 de abril de 2017, é exemplo de uma das vítimas que acabou enredado pela parcialidade dos relatórios da Polícia Federal à trama fictícia de prática criminosa, agora desmantelada pela decisão da Justiça Federal.

Conforme a investigação policial afirma ter levantado, sem nenhuma prova, o Akroá-Gamella



Indígenas reunidos um dia depois do ataque. A polícia havia acabado de chegar para fazer corpo de delito nas vítimas

arregimentou pessoas aleatórias para se assumirem como indígenas e assim possibilitar que a “quadrilha” acessasse recursos do governo.

Em nenhum momento os policiais se deram conta da fragilidade da criminalização engendrada, apontam as entidades: o povo é reconhecido pelo Estado, MPF, pelos demais povos indígenas e comunidades tradicionais do Maranhão, organizações ligadas aos direitos humanos no Brasil e no mundo e há um procedimento de identificação territorial em curso.

Para Lucimar Carvalho, assessora jurídica do Cimi, trata-se de uma “decisão coerente não só com os pedidos do Habeas Corpus, mas com a realidade de criminalização do povo Akroá-Gamella”.

A advogada entende que do massacre ainda restam “marcas profundas, física e emocionalmente”. Além disso, diz Lucimar, a Polícia Federal, no inquérito, adotou uma postura inapropriada e racista ao questionar a identidade dos Akroá-Gamella.

“Não é a Polícia Federal que determina quem é índio e quem não é. Este argumento foi usado como uma forma de criminalizar lideranças na medida em que as acusam de estelionato, ou seja, se dizem indígenas para praticar golpes. O que é um completo absurdo”, destaca Lucimar.

A assessora jurídica do Cimi destaca ainda que na Fundação Nacional do Índio (Funai) está em curso os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena dos Akroá-Gamella e que a decisão da Justiça Federal é mais uma afirmação da legítima luta deste povo localizado na Baixada Maranhense.

O que a Polícia Federal não investigou

Policia Federal, o deputado federal Aluísio Mendes (PSC/MA) era um dos políticos presentes na Manifestação pela Paz, naquele domingo dia 30 de abril de 2017, conforme vídeos que circularam nas redes sociais e o relato de indígenas presentes na manifestação – um deles, inclusive, foi



Mapa do século 18 identifica “Terra dos Índios” ainda em 1765 na região de Viana, Maranhão

identificado e quase terminou linchado.

O parlamentar disse, diante da entrada da aldeia Centro do Antero, num local chamado de Santero, às margens da MA-014, que na região nunca houve um índio e “ninguém tem sangue de barata, ninguém vai aceitar mais essa provocação” (se referindo à retomada).

Lideranças evangélicas, fazendeiros e pequenos proprietários estavam entre os organizadores da Manifestação pela Paz. Outros rostos conhecidos também estavam presentes. Uma lista com nomes de indígenas chegou a ser lida, sendo muitos deles caçados no momento do ataque à retomada.

“Nada disso foi investigado pela Polícia Federal. Há testemunhas, vídeos, inúmeras matérias na imprensa, ameaças anteriores registradas pela gente, mas nada disso mobilizou a atenção dos policiais”, declara Kum'tum Akroá-Gamella.

Para Pi'Gre Akroá-Gamella, a vitória nesse Habeas Corpus foi mais um alívio e livrou “das nossas costas um peso que não foi a gente que colou. Além de termos sido massacrados, cortados, decepados, a gente sofreu muito e continua sofrendo. O sofrimento do racismo, do preconceito, da negligência”.

A indígena entende que o tempo que a Polícia Federal deveria ter usado para apurar os incitadores e autores da violência, “usou para ir atrás de boatos, não de provas e evidências. As pessoas que eram para ser ouvidas, não foram”.

Criminalização não começa com o ataque

O indígena Caw Akroá-Gamella entende que o relatório de investigação revela a criminalização que não começou com o ataque sofrido pelo povo e tampouco cessou nele.

“Desde quando começamos essa busca pelo nosso direito à educação, à saúde e de sermos atendidos com a devida

diferenciação passamos a ser olhados com outros olhos. Sentimos que o clima tinha mudado”, explica.

Para Caw, o ocorrido em 2017 revela “uma organização muito forte, ex-prefeito, que teve fazenda retomada pelos Akroá-Gamella, também pela Associação dos Moradores de São Miguel, parte das pessoas de Santeiro”.

Houve, na verdade, com a ajuda das redes sociais, sobretudo o whatsapp, a distribuição em massa de uma informação falsa, nos aparelhos celulares de moradores do entorno da Terra Indígena reivindicada, de que os Akroá-Gamella queriam tomar a casa e as propriedades das famílias.

“Diziam que a gente obrigava as pessoas a participarem da casa para roubar a casa dos outros. Se a pessoa se negasse, a gente fazia algo de ruim contra ela. Não é verdade isso”, diz.

Dias depois do massacre, conta Caw, a Polícia Federal já estava no local para apurar o ocorrido. “As primeiras perguntas do delegado foram: desde quando nós seríamos índios. Questionou diversos nomes do nosso povo, perguntas que não tinham nada a ver com a investigação”, afirma.

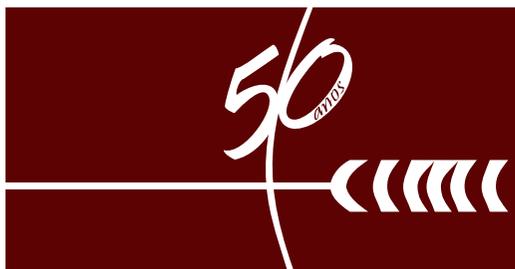
Em nenhuma parte do inquérito a Polícia Federal se voltou a quem articulou, incitou e executou o crime, diz Caw. O indígena aponta que os policiais utilizaram palavras e termos no relatório utilizado contra os Akroá-Gamella: perigosos, quadrilha, estelionato, pessoas de bem aterrorizadas pelos “supostos” indígenas.

“Percebemos então uma articulação para incriminar o povo Gamella. O relatório da PF usou termos para se referir a nós que foram usados por políticos e fazendeiros aqui da região que estiveram na manifestação no Santeiro e antes também”, conclui. ♦



Aldeli Akroá-Gamella

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Inciada na edição de abril de 2021, a coluna “Causos e Casos” é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que trará textos assinados por Egon Heck e Egidio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

Iniciamos as comemorações do cinquentenário reconhecendo a contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista por meio de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Egidio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica. São mais de 50 anos “na universidade dos índios”, como diz Egon Heck.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egidio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

Obediência criativa: da Missão Anchieta à criação do Cimi

Por Egidio Schwade

Em dezembro de 1967 voltei, brevemente, à Missão Anchieta com outro colega estudante jesuíta, a convite do vigário de Porto dos Gaúchos, Rio Arinos, para fazer um levantamento do povo da paróquia. Descemos o Arinos, território dos índios Tapaiuna, conhecidos como Beicos-de-pau. A certa altura estes flecharam contra nossa embarcação. E uma flecha caiu a meu lado. Após o levantamento, no início do mês seguinte, voltando pelo mesmo rio, outro grupo Tapaiuna ardeio se apresentou, pacificamente, na margem do rio. Alguns tripulantes jogavam roupa, enquanto os índios ofereciam cestas e colares e com gestos pediam que o barco encostasse. Mas o dono, receoso, apenas passou rente, evitando encostar.

Preocupado pelos índios, temendo que algum irresponsável se aproveitasse dessa situação e fosse contatar o grupo levando-lhes doenças, procurei em Diamantino/MT o Superior Religioso dos jesuítas e tentei convencê-lo a enviar imediatamente algum missionário para que contactasse o grupo e ficasse com ele, animando-o a permanecer na sua aldeia, afastado do rio. Mas os

superiores alegaram que não tinham ninguém disponível. Prontifiquei-me, então a interromper a Teologia para ir morar com esse povo. Não me permitiram. Deixei ainda uma carta manuscrita, bastante dura, manifestando a minha preocupação e alertando os responsáveis da Missão Anchieta sobre o perigo que os índios corriam, expostos a contatos indiscriminados de aventureiros que não faltavam na região.

Ali mesmo recebi um convite da CNBB/Brasília para participar de um encontro de missionários de diferentes congregações religiosas para dar início a novos rumos às missões como orientava o Concílio. Foi o começo de um processo que desembocou em 1972 na criação do Cimi. No encontro ficou claro que um dos entraves principais à mudança que se fazia necessária nas missões, eram os próprios superiores das províncias e missões religiosas que investiam tudo nas obras já estruturadas. Todos sentiam que se deveria enfrentar essa situação com nova visão da obediência.

Em meio a uma acalorada discussão sobre este problema, a certa altura, reboou o vozeirão do Padre Angelo Venturelli professor da Universidade salesiana de Campo Grande: “E onde fica, então, a obediência

religiosa?” Em resposta o dominicano, Frei Gil Gomes Leitão, missionário junto aos Suruí do Pará nos deu esta inesquecível lição: “Obediência, sim, mas obediência criativa!” - retrucou ele. E relatou um exemplo de sua própria vida para ilustrar o sobredito. “Certa vez os meus superiores me chamaram da Missão para atender uma comunidade de freiras em Uberlândia/MG. Obedeci, mas logo percebi que aquela comunidade não necessitava de mim. Todas eram santas e tinham tudo o que necessitavam. Arrumei, então, as malas e voltei aos Suruí, que precisavam mais de minha presença.” Me lembrei dos Tapaiuna do Rio Arinos.

Egon Heck é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des) governos.

Egidio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.

